



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Trabalho de Fim do Curso

**OS CAMINHOS PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE: PRECARIIDADES DE UMA
NEGOCIAÇÃO SEM FIM**

Licenciando:

Mauro Jaquis João Tsandzane

Supervisor:

Prof. Doutor Egídio Guambe

Maputo, Setembro de 2021

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Trabalho de Fim do Curso

Título:

**OS CAMINHOS PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE: PRECARIIDADES DE UMA
NEGOCIAÇÃO SEM FIM**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane

Licenciando:

Mauro Jaquis João Tsandzane

Supervisor:

Prof. Doutor Egídio Guambe

Maputo, Setembro de 2021

MAURO JAQUIS JOÃO TSANDZANE

**OS CAMINHOS PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE: PRECARIIDADES DE UMA
NEGOCIAÇÃO SEM FIM**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane

O JURI

(Presidente)

(Oponente)

(Supervisor)

Maputo, Setembro, 2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico e que é resultado da minha investigação pessoal. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia final.

O Licenciando

Mauro Jaquis João Tsandzane

DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado aos meus pais, João Tsandzana e Gilda Raúl Tsandzana. Simultaneamente, vai aos meus irmãos Dércio Tsandzana e Neyma Tsandzana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao meu supervisor Prof. Egídio Guambe, vai o meu infinito obrigado pela sua paciência, disponibilidade e apoio na condução para a redacção do presente manuscrito. Palas sugestões e humildade académica, para sempre serei grato.

Igualmente, estendo os meus agradecimentos aos Docentes do Departamento de Administração e Ciência Política da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, com destaque ao Prof. Jaime Macuane, Prof. Domingos do Rosário, Prof. Sérgio Chichava, Dr. Salvador Watata, Dr. Anísio Buanaíssa, Dr. Jaime Guiliche, Dr. Elísio Muendane e Dra. Sécia Lumbela, pela rica transmissão de conhecimentos e valores, que tornaram possível a elaboração desta pesquisa.

Não posso esquecer do Prof. Brazão Mazula, General Jacinto Veloso, Bispo Emérito Dom Dinis Sengulane, Prof. Doutor Silvério Ronguane, dr. Raúl Domingos e ao Eng. Lutero Simango, que fizeram parte deste trabalho na qualidade de entrevistados.

À turma de Ciência Política 2016, a qual pertenci, muito obrigado por tudo, Hortência Franco, Clif dos Santos, Perola Mazonga, Deise Malumuge e Sacur Mondlane, do terceiro grupo, ao Américo Maluana e Timóteo Bene, vocês marcaram-me profundamente e levo comigo ensinamentos de cada um de vocês. Aos amigos e todos que directa ou indirectamente contribuíram para elaboração desta pesquisa, vai o meu agradecimento.

Por fim, e pela consideração que merecem, vai estas últimas palavras de enorme obrigado aos meus pais, João Tsandzana e Gilda Raúl Tsandzana, pela educação, compreensão e aconselhamento permanentes ao longo deste trabalho, bem como aos meus irmãos Neyma Tsandzana e Dércio Tsandzana.

EPÍGRAFE

“Não há substituto para o poder do povo”, “a representação é uma imposição”

MUAMMAR AL QATHAFI (O livro verde, 1995: 24)

RESUMO

Em África, as reflexões sobre a reconciliação ou processo de construção da paz na era pós conflito tem vindo a ganhar visibilidade em muito estudos. No entanto, para o caso de Moçambique, tais análises embora sem serem muito recentes, ainda estão pouco sistematizadas, em parte pelo facto de a literatura existente tender a abordar de forma mais exhaustiva as tentativas de obtenção de acordos entre as partes em conflito, do que propriamente os desafios mais vastos de implementação desses acordos no longo-prazo e o envolvimento de actores terciários (múltiplos) no processo. Diversas vezes, a discussão sobre a Paz em Moçambique é circunscrita ao restrito círculo de dois actores-chave: Frente de libertação de Moçambique (Frelimo) e Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), dois partidos beligerantes. Mesmo que possa ser admitido que não é possível falar sobre a construção da paz sem que se possa mencionar tais actores, parece-nos igualmente ser evidente a existência da necessidade de abrir espaço de análise aos demais intervenientes. Estes embora não tenham interferido de forma directa enquanto beligerantes, ao menos marcam a política nacional contemporânea, tal é o caso do partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), um actor que vezes sem conta é colocado na margem nos processos negociais de paz. Nos parece fecundo inclui a multiplicidade de actores fora do binómio Frelimo-Renamo para perceber os contornos da paz em Moçambique. Este trabalho tomou em consideração actores que não tenham ligação directa ou interesse dos resultados das várias negociações de paz até aqui acordados em Moçambique. Esses actores tiveram, com efeito, alguma influência nos diferentes processos de paz no país. O trabalho sublinha que a efectivação da paz em Moçambique não será possível se centrada no bipartismo entre a Frelimo e a Renamo. O estudo sugere que uma verdadeira construção da paz não significa apenas o sentido da reconciliação nacional, mas também deve-se ultrapassar a visão exclusivamente electoralista de instauração da paz para viabilização de eleições como tem sido recorrente.

Palavras-chave: paz, conflito, acordos, Moçambique

ABSTRACT

In Africa, reflections on reconciliation or peacebuilding processes in the post-conflict era have gained visibility in many studies and reports. However, in the case of Mozambique, these analyses, although not very recent, are still not very systematized, partly since the existing literature tends to address more exhaustively the process to reach agreements between the parties in conflict, rather than the broader challenges of implementing these agreements in the long term and the involvement of tertiary (multiple) actors in the process. Several times, the discussion on peace in Mozambique is circumscribed to the restricted circle of two key actors: *Frente de libertação de Moçambique* (Frelimo) and *Resistência Nacional Moçambicana* (Renamo), two belligerent parties. Even if it can be admitted that it is not possible to talk about peacebuilding without mentioning those actors, it seems equally clear to us that there is a need to open an opportunity for analysis to the other actors. Although they did not interfere directly as belligerents, they at least mark contemporary national politics, as is the case of the *Movimento Democrático de Moçambique* (MDM), an actor who has been left out of peace processes. It seems fruitful to include the multiplicity of actors outside the Frelimo-Renamo binomial in order to understand the contours of peace in Mozambique. This work has taken into consideration actors who have no direct connection to, or interest in, the outcomes of the various peace negotiations that have so far been agreed in Mozambique. These actors did have some influence on the different peace processes in the country. This work stresses that peace in Mozambique will not be possible if it is centred on bipartism between Frelimo and Renamo. The study suggests that true peace-building is not only about national reconciliation, but that it must also go beyond the exclusively electoralist vision of peace-building to enable elections, as has been recurrently the case.

Keywords: peace, conflict, agreement, Mozambique

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACHM – Acordo de Cessação de Hostilidades Militares

AGP – Acordo Geral de Paz

CNE – Comissão Nacional de Eleições

COVID – Corona Virus Disease

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

PDD - Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

RDC – República Democrática do Congo

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

STAE – Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO.....	1
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS	6
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
HIPÓTESE.....	11
OBJECTIVOS.....	11
Geral.....	11
Específicos	11
JUSTIFICATIVA	11
METODOLOGIA.....	13
LITERATURA SOBRE ACORDOS DE PAZ: PROCESSO, IMPLEMENTAÇÃO E ACEITAÇÃO	15
Eleições e o processo de construção da paz	15
Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)	18
África e processos de paz: entre retrocessos e assinaturas de acordos.....	19
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	23
Neo-institucionalismo	23
Modelo de tomada de decisões.....	24

CAPÍTULO II.....	26
PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE.....	26
Acordo de Nkomati.....	26
Acordo Geral de Paz (AGP).....	27
Acordo de Cessação de Hostilidades Militares (ACHM)	28
Acordo de paz definitiva e reconciliação nacional.....	30
CAPÍTULO III.....	32
AS DIM�NICAS DOS ACTORES DE NEGOCIAÇÕES DE PAZ	32
Um processo de negociação de paz com actores marginalizados	35
FORMULAÇÃO DEFEITUOSA E IMPLEMENTAÇÃO IMPRECISA DOS INSTRUMENTOS A PAZ	38
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXOS	51

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O discurso sobre conflitos militares e momentos de paz em Moçambique, tem mudado substancialmente ao longo do tempo. A guerra entre o Governo da Frelimo e o grupo rebelde da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), posteriormente transformado em partido, começou em 1976, pouco depois da independência, e a sua primeira fase terminou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Roma. Com efeito, em meados dos anos 90, Moçambique era de forma geral visto como um exemplo bem-sucedido de estabilização económica e social numa sociedade pós-conflito (Manning, 2002).

Mas, partir dos anos 2000 com intensidade a partir de 2011, o país deixou de ocupar a sua anterior posição de “farol de esperança”. De uma história rara de sucesso demonstrado a partir de uma certa eficácia na implementação modelos de reconciliação pós-conflito que ajuda a produzir um crescimento económico sustentável, como sustenta Colin Darch (2018: 5), o país novamente viria a se envolver em novos conflitos.

Diversos trabalhos foram efectuados para entender as dinâmicas de conflitos e as hipóteses fundamentais para algum nível de precaridade na instauração da paz em Moçambique (Manning et al. 2010; Hanlon, 2010; Morier-Genoud, 2017; Morier-Genoud et al. 2018). Aliás, mecanismos diversos igualmente foram implementados na tentativa de construção de uma paz sustentável. Contudo, o país continua a registar focos de conflito com intensidade variada, em algumas regiões do país tais conflitos ganham dimensão militar com vítimas humanas.

A excepção dos trabalhos sobre o conflito no extremo Norte do país, uma grande parte de estudos efectuados sobre os conflitos militares tiveram interesse exploraram uma abordagem ordem político-partidária, portanto envolvendo o partido Governamental, a Frelimo, e o partido Renamo (Phiri, 2012), ignorando, *grosso modo*, outros actores e dinâmicas que podem explicar os conflitos recorrentes fora do escopo ‘Frelimo e Renamo’. Ademais, estes trabalhos colocam o enfoque das suas pesquisas em um só acordo, o Acordo Geral de Paz de 1992 (Langa, 2015), não dando destaque para o que viria a suceder após 1992. Pouco estudos desenvolvem os ângulos de análise fora do objecto AGP a excepção de alguns, como é o caso do Darch (2018, *op cit*).

Ao longo dos seus 45 anos de independência (1975-2020), Moçambique conheceu diversas etapas para a construção da paz. Historicamente, o país não só conheceu momentos de luta pela

libertação colonial, mas igualmente viveu e vive tensões internas pela busca da paz, desde a guerra civil (designada igualmente guerra de 16 anos), bem como conflitos intermitentes ao longo dos anos, estes últimos envolvendo actores internos¹.

É nestes debates que pretende colocar-se a presente pesquisa versando me particular sobre os desafios que se colocam à manutenção e consolidação da paz em Moçambique. Com efeito, decorridos mais de 20 anos após a assinatura em Roma do Acordo Geral de Paz em 1992, o primeiro que Moçambique conheceu após o término da guerra civil, pretende-se analisar os constrangimentos observados ao longo do tempo da vigência do respectivo acordo, bem como compreender como é que os actores e protagonistas dos sucessivos acordos têm se implicado na busca da tão almejada paz.

O trabalho explora os acordos assinados e os seus efeitos para instauração de uma paz. Para tal, partimos do Acordo de N'Komati (1984), o Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares (ACHM), em 2014, passando de forma menos profunda em torno dos recentes acordos (entre F. Nyusi e O. Momade) por ainda estarem sob implementação e com escassez de informação de informação.

Em termos de abordagem este trabalho irá atravessar metodologicamente as sucessivas eleições que o país já realizou desde as fundadoras de 1994, dado ao facto de existir alguma relação entre as tentativas de acordos de paz e viabilização de eleições. Em termos de estrutura, o presente trabalho será dividido em três partes, com três capítulos cada. Após a presente introdução, que faz parte da primeira parte, ainda no primeiro capítulo será feita a contextualização sobre a discussão temática que se pretende abordar neste trabalho, sendo que no segundo capítulo apresentam-se as metodologias usadas, o problema da pesquisa, as hipóteses testadas, bem como a justificativa que conduziu a realização do trabalho.

No primeiro capítulo da segunda parte será feita a constituição dos conflitos que são vividos no continente africano e sua influência para o caso de Moçambique, bem como a abordagem teórica que serviu de base da nossa análise. O segundo capítulo da segunda parte vai apresentar os resultados obtidos, bem como encerrar com uma conclusão.

¹ Afonso Dhlakama faleceu em 3 de Maio de 2018, na Serra de Gorongosa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As hostilidades políticas e militares entre as forças governamentais e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) não constituem um evento recente no Estado moçambicano, mesmo que volvidos 46 anos após a proclamação da independência nacional².

Historicamente, segundo Cravino (2005), quando a Frelimo assumiu a liderança do país em 1975, num regime de partido único, terá afastando todas as restantes expressões políticas e sociais livres, tendo as banido do processo político e de governação, o que levou à dissensão e radicalização interna, bem como a uma crise de legitimidade que não tardou a exprimir-se pela violência.

Na mesma senda, De Brito (2010) acrescenta que com a independência, a Frelimo viu-se confrontada com dois grandes desafios intimamente ligados entre si: por um lado, assegurar a gestão e a transformação da economia colonial e, por outro, enfrentar a reacção dos poderes *brancos* da Rodésia e da África do Sul, que se sentiam ameaçados pelo avanço das forças de libertação, agora instaladas directamente nas suas fronteiras³.

Foi nesse contexto, Geffray (1991) afirma que as tentativas de construção de um poder político monopartidário, de crise económica interna e de confrontação política regional que surgiu a Renamo logo depois da proclamação da independência. Organizada inicialmente com o apoio da Rodésia, e posteriormente da África do Sul⁴, a Renamo conduziu uma guerra que se espalhou rapidamente a todo o país, agravando a situação económica e destruindo uma parte da infra-estrutura económica e social, sendo as aldeias comunais, as cooperativas, as escolas, os centros de saúde, as fábricas, as estradas e as pontes, os alvos privilegiados dos ataques da guerrilha.

Depois de várias tentativas para cessar o conflito, nomeadamente com a celebração do Acordo de Nkomati em 1984⁵ e depois com várias ofertas de amnistia aos combatentes da Renamo, a

² Moçambique foi colónia portuguesa, tendo alcançado a sua independência em 25 de Junho de 1975, por via da força armada, sob orientação das forças militares da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

³ Particularmente da Zimbabwe African National Union (ZANU), no caso da Rodésia, e do African National Congress (ANC), no caso da África do Sul, que passavam a dispor de bases estratégicas no território moçambicano para o desenvolvimento da sua luta no interior dos seus respectivos países.

⁴ Com a independência do Zimbabwe em 1980, o principal centro de apoio externo da Renamo deslocou-se para a África do Sul.

⁵ Do ponto de vista do conflito militar, o Acordo de Nkomati, celebrado com o governo

sul-africano, era suposto retirar o apoio deste à Renamo, em contrapartida da eliminação por parte do governo moçambicano das facilidades concedidas no seu território à operação do ANC.

solução da guerra acabaria por ser negociada directamente entre os dois protagonistas, que viriam a assinar o Acordo Geral de Paz, em Roma, a 4 de Outubro de 1992. Embora a paz tenha sido obtida através de um longo processo negocial, o que por si só significava o reconhecimento da Renamo como força política.

No mesmo ponto de vista com a abordagem acima, Pinto (2008: 242) afirma que, no âmbito das negociações de Paz, a Frelimo queria ser reconhecida previamente pela Renamo como governo legítimo de Moçambique e não queria admitir o Movimento de Afonso Dhlakama como um igual, ou seja, como uma força política. E, por sua vez, a Renamo não queria reconhecer a legitimidade da Frelimo como governo de Moçambique e queria, por sua vez, ser reconhecida e tratada como uma força ideológica, um partido político.

As diferenças ideológicas e a excessiva falta de confiança entre as duas forças beligerantes, tem se configurado como um dos entraves para a promoção da paz em Moçambique. Esta tese é várias vezes invocada e confirmada pelos actores intervenientes directo e indirectos durante as negociações de paz e que mereceram destaque como entrevistados desta pesquisa.

De entre os vários pontos da agenda discutidos pelos beligerantes durante as negociações de paz, constavam: (a) mudanças da constituição que a Renamo reclamava como o desaparecimento de vários artigos constitucionais que partidariam o Estado moçambicano, (b) os serviços secretos, (c) a composição do exército e a sua denominação, (d) a estrutura do comando da polícia e, (e) a administração dos territórios sob o controlo da guerrilha no período pré-eleitoral (*ibid*: 264).

Não tendo sido satisfeitas algumas preocupações acima citadas, entre os anos 2013 e 2014, irrompeu a violência entre a Renamo e as autoridades governamentais, quando Afonso Dhlakama liderou um grupo de homens armados da Renamo contra a principal estrada de ligação terrestre do país, concretamente na zona Centro de Moçambique. O que se viu logo depois é que muitos dos envolvidos recusaram-se a depor armas como sendo parte do programa de Desarmamento, Desmobilização e reintegração (DDR) do país. Entre as razões que se poderão apontar para esta rebelião armada terão sido as desigualdades de oportunidades políticas e económicas.

Note-se que a forma como são negociados os acordos sempre colocou em debate a sustentabilidade dos acordos que já foram assinados. Tal tem sido colocado em duas perspectivas, a primeira sobre o *timing* da acção que vezes sem conta sucede justamente em

períodos eleitorais. Segundo, tem sido recorrente que tal processo se concentre em apenas dois actores políticos principais, o que de certa não só exclui os demais, mas igualmente não permite que a paz seja apropriada por um conjunto amplo de moçambicanos que não encontra representatividade perante esses dois actores.

É ainda recorrente observar que existe uma apetência em que se consiga a paz de qualquer das formas, o que se não for acompanhado por um plano que permita a devida implementação dos acordos, acompanhamento dos actores desmobilizados, facilmente se poderá retomar para actos de violência como os que foram visíveis desde 2013. Por outro, é verificado que o secretismo das decisões ainda permanece o fio-condutor ao longo de quase todo o processo, o que apenas agudiza as desconfianças e a falta de apropriação desses acordos.

Assim, verifica-se que o recurso à violência traduz a incapacidade dos protagonistas construírem consensualmente as regras de base da convivência democrática nas condições específicas de Moçambique. É nessa linha que o argumento desenvolvido neste trabalho apresentado em forma análise, sustentando que Moçambique ainda se debate com a problemática de precaridade da paz, no que se refere ao processo de construção, bem como a sua manutenção.

O que nos interessa ainda reter é que uma paz duradoura não depende só do calar das armas e da solução dos aspectos militares do conflito, mas também da construção de um Estado que seja eficaz nas suas atribuições, tendo entidades que funcionem para o colectivo de forma estável, inclusiva, por forma a garantir o crescimento económico e social, onde a paz esteja não apenas na mente, mas igualmente na prática, mas acima de tudo seja uma cultura das pessoas e instituições.

Ao longo do presente trabalho iremos procurar abordar a paz na sua dimensão global, desde a forma como os acordos foram construídos, os seus actores, mas acima de tudo as perspectivas de quem não tem sido considerado como actor principal do processo. Entendemos ser importante ultrapassar a única concertação nos actores históricos da paz, sem com isso pretendermos afirmar que estes não sejam legítimos.

DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

Ao longo deste trabalho exploramos diversos conceitos que nos permitem operacionalizar a pesquisa. No entanto, estes conceitos nem sempre colhem consenso tanto no domínio da investigação e alguns casos no uso corrente. Vamos nesta parte precisar os principais destes conceitos que permitem delimitar com precisão o nosso objecto de estudo, a saber: paz, diálogo, conflito armado e reconciliação.

Falar de paz remete para múltiplas interpretações. Com efeito existe uma pluralidade no conceito da paz que faz com que se fale mais de conceitos de paz no plural. Segundo Campagnolo (2006), se a palavra “paz” é entendida como significando a ausência de conflito ou guerra. Neste sentido, talvez a paz nunca tenha durado muito – nem no eu interior nem nas relações entre indivíduos, e muito menos entre os grupos: clãs, tribos, povos tomaram consciência da unidade da sua situação no tempo e no espaço, opondo-se uns aos outros, e o reconhecimento mútuo assim adquirido veio em primeiro lugar, na grande maioria dos casos, através da violência e do conflito.

No entanto, a paz não deve ser reduzida a meros desejos ou quimeras, pois os combatentes voltam sempre a ela, independentemente do que tenham: a paz apresenta-se-lhes como logicamente necessária (quanto mais não seja para usufruir dos benefícios da guerra), e ontologicamente primária, de acordo com a natureza do conceito explicado por Aristóteles.

Galtung (1995) define paz a partir de duas premissas, sendo o que refere de paz negativa e de uma paz positiva. A paz negativa, segundo o autor é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social.

É justamente nesta segunda dimensão que o trabalho vai procurar centrar o seu argumento. O interesse é de captar até que ponto Moçambique e os moçambicanos podem ser actores primários de uma paz que se queira duradoira, baseado em justiça social e acima de tudo respeito mútuo. Relacionado a isso procurou igualmente delimitar o conceito de diálogo, que aliás a semelhança com o conceito da paz varia.

Por exemplo, segundo Mariotti (2000), diálogo (reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência) é uma metodologia de conversação que visa melhorar a comunicação entre as pessoas, a produção de ideias novas e significados compartilhados. Por outras palavras, o

diálogo é uma metodologia que permite que as pessoas pensem juntas e compartilhem os dados que surgem dessa interação, sem procurar analisá-los ou julgá-los de imediato.

Por seu turno, Umbreit (2005) define o diálogo como um processo de comunicação que permite aos participantes ouvirem e serem ouvidos. Para Saunders (1999) O diálogo pode ter diferentes enquadramentos na sociedade. Por outras palavras, o diálogo pode ser de vários degraus, dependendo dos actores e do espaço em que ele se realiza: diálogo religioso, social, diálogo político ou ainda diálogo político democrático.

Ainda na mesma perspectiva, Pruitt e Thomas (2006) consideram diálogo, do ponto de vista etimológico como resultando da fusão das palavras Gregas “dia” e “logos”. “Dia” significa “por meio de” e “logos” foi traduzido para o latim *ratio* (razão), mas tem vários outros significados, como “palavra”, “expressão”, “fala”, “verbo”. Dessa maneira, o diálogo pode descrever qualquer comunicação que usa palavra para transmitir um significado. Com efeito, Zuben (1979) defende que muitos usam o termo “diálogo” para se referir a qualquer tipo de interação falada. Outros argumentam que devemos chamar isso de “conversa” e preservar o termo “diálogo” para situações em que se faz o trabalho mais interessante, como é o exemplo de diálogos para alcance de paz entre alas oponentes.

Neste trabalho o interesse será buscar os elementos que permite operacionalizar o objecto de estudo em cada definição das acima expostas, procurando fazer elasticidade conceptual e aplicar ao contexto específico moçambicano. De forma concreta, entenderemos o diálogo na perspectiva de uma da capacidade que os múltiplos actores em contenda tendem a explorar para encontrar solução aos seus diferendos.

Neste contexto, e para precisar ainda melhor o objecto em estudo, tornava-se indispensável entender o conceito que seria conflito. De acordo com o dicionário de relações internacionais (2005: 47), a palavra conflito pode designar a “rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos de uma sociedade. O conflito pode ter duas formas: uma, ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos. A outra acontece quando há pessoas ou colectividades envolvidas em luta directa com outras.

Picard e Marc (2015) entendem que o termo conflito evoca combate, luta (um conflito armado); sugere o encontro de elementos opostos (o conflito entre razão e paixão), de posições antagónicas (a arbitragem de um conflito); refere-se frequentemente a uma relação de tensão e oposição. A noção de conflito refere-se, portanto, a uma situação relacional estruturada em torno de um antagonismo. Isto pode ser devido à presença simultânea de forças opostas, à

discordância (sobre valores, opiniões e posições), à rivalidade quando os actores competem para alcançar o mesmo objectivo ou possuem o mesmo objecto (pessoa, propriedade, estatuto, território...) ou à inimizade emocional (animosidade, hostilidade ou ódio).

É justamente na dimensão de Picard e Marc (2015) que o presente trabalho vai procurar abordar a dimensão do conflito tendo em conta a diversidade de interesses dos actores directamente envolvido, mas cuja luta é reiteradamente defendida como sendo de um colectivo, afectando portanto o país e as suas populações. Isso embora em termos materiais o conflito se circunscreva entre o Governação da Frelimo e a Renamo.

Por fim, no que concerne ao conceito de reconciliação como resultado do diálogo em contexto de conflitos; Paul (1997), explica o significado da reconciliação como sendo o impedimento de uma vez por todas, do uso do passado para renovar actos de conflito. Para o autor, a reconciliação de consolidar a paz, quebrar o ciclo de violência e fortalecer a recém-criada ou reintroduzida instituição democrática. No entanto, uma operação voltada para o passado, a reconciliação traz a cura pessoal de sobreviventes, as reparações de injustiça passadas, a construção ou reconstrução de relações não violentas entre os indivíduos e comunidades, bem como aceitação por parte dos antigos partidos a um conflito de uma visão comum e compreensão do passado.

Nestes termos, Bloomfield (2003) define a reconciliação como um processo mais abrangente que inclui a busca da verdade, justiça perdão cura e assim por diante. Na sua forma mais simples, isso significa encontrar uma maneira de viver ao lado de antigos inimigos não necessariamente amá-los ou perdoá-los ou esquecer o passado, mas para conviver com eles a desenvolver o grau de cooperação necessário de modo que todos tenham uma melhor forma de viver.

Para Oberg (1996), reconciliação é algo que está inserido dentro do conceito de reconstrução pós conflito, uma vez que esta não constitui algo apenas ligado a estrutura física. Isto quer dizer que, durante a reconstrução de Moçambique pós a guerra civil devia ter ocorrido simultaneamente com o processo de reconciliação como forma de plantar a confiança entre os moçambicanos.

Com efeito, vários autores argumentam que a reconciliação nacional não é uma forma completa de promover a transformação ou resolução duradoura do conflito, ou seja, que não constitui condição suficiente para construção da paz. O paradigma das necessidades humanas defendidas por Burton (1987), e por vários especialistas com muita experiência, apresentam uma série de

necessidades de grande importância para os seres humanos como o sentido da segurança como condição indispensável para as pessoas se reconciliarem.

Autores como Donna e Pankhurst (1999) enfatizam a importância das condições económicas e políticas em que decorre o processo de reconciliação, o qual não é uma parte da agenda mais vasta de mudança política que permita promover a boa governação, assegurando a credibilidade interna e externa dos novos regimes. Isto é, sem economia estável e robusta não é possível assegurar a reconciliação na sociedade moçambicana.

Estes conceitos nos parece fecundo para analisar a questão de instauração da paz sustentável em moçambique através de estudo dos acordos e as dinâmicas de sua implementação. A configuração de uma paz efectiva nos parece ser resultado de leitura das modalidades de estruturação do diálogo e de reconciliação entre uma multiplicidade actores que se orientam pelos seus interesses e representações.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O processo de celebração de um acordo não põe necessariamente fim a todas as dinâmicas de um conflito. Depois de se chegar a um acordo, permanecem os riscos de retrocesso e regresso à violência porque não foram colmatadas todas as causas do conflito ou porque surgem novos desafios. Deste modo, é preciso que haja esforços para a consolidação da paz – caracterizada por processos que procuram diminuir o risco de escalada ou regresso a qualquer tipo de conflito.

Neste trabalho não procuramos estudar o processo de resolução de conflito enquanto tal, mas sim abordar a percepção que os actores-chave do processo de negociação da paz em Moçambique, comumente tidos como sendo apenas dois, Frelimo e Renamo, têm no que diz respeito a manutenção da paz e discutir o que denominamos como precariedade da paz que se caracteriza por vários acordos mesmo assim instáveis. Importa ressaltar que o nosso propósito passa em ultrapassar a tendência dualista dos partidos, procurando assim captar demais actores que são parte do processo de paz em Moçambique.

De facto, a tendência de ressurgimento dos conflitos é um elemento indicador de falta de clareza sobre como podem ocorrer processos de consolidação da paz com êxito. Compreender a eficácia das respostas nacionais aos conflitos vai muito além da compreensão da implementação generalizada de programas e actividades específicas. Uma componente crucial na identificação de respostas eficazes à consolidação da paz prende-se com a maneira como são elaborados os planos, que tipos de mecanismos são postos em prática, como estão interligados e como são implementados e supervisionados. Mas acima de tudo é importante avaliar o seu impacto no contexto e na dinâmica do conflito.

Moçambique é um caso que ilustra bem como as estratégias de consolidação da paz são concebidas e implementadas ao longo do tempo. Sem necessidade de traçar todo o processo histórico, o problema que se procura discutir incide sobre as condições existentes que possibilitaram para que o processo decisório atinente ao processo de implementação dos sucessivos acordos de paz, iniciados em 1984 com os acordos de Nkomati, tivesse falhado até aos dias de hoje.

Durante esse período, assistimos entre realização de eleições gerais e autárquicas, bem como a dominação do espaço político nacional pelos partidos Frelimo enquanto poder partido governamental, e a Renamo como maior partido da oposição. Razão pela qual nos colocamos a seguinte pergunta de partida: **Como a natureza de negociação exclusiva entre dois principais actores, Frelimo e Renamo, configura o processo de instauração da paz em Moçambique?**

HIPÓTESE

- Existe uma relação entre as dificuldades de integração dos múltiplos actores no processo de negociação de paz e a afirmação de uma paz sustentável em Moçambique;

OBJECTIVOS

Geral

- Analisar as dinâmicas de construção de espaço de paz sustentável através da configuração e implementação dos acordos assinados.

Específicos

- Apresentar os acordos de paz assinados e os contextos referentes a natureza da sua afirmação;
- Mapear a representação e os interesses dos actores dos processos de negociação de paz em cada acordo assinado;
- Descrever os principais resultados da implementação dos acordos de paz na estabilização do país.

JUSTIFICATIVA

Ultimamente as tendências e contornos em torno da paz em Moçambique, têm-se mostrado incertos com posturas hostis, demonstrando existir um grande desafio a ser ultrapassado para que a paz seja possível. Assumimos que o país está diante de momentos paz e conflito de forma intermitente, ou então sob intervalos de alguma calma, mas sem nunca estar verdadeiramente em paz. Uma das queixas mais propaladas reside na acusação de eventualmente existirem promessas que, desde 1992, não são cumpridas na íntegra, o que tem gerado insatisfações, desconfianças e queixas mútuas entre as partes, o Governo de Moçambique e o partido Renamo.

Embora seja um tópico a ser explicado ao detalhe mais adiante, nota-se que a queixa central reside no facto do não seguimento do que estava estipulado no Acordo Geral de Paz (AGP), instrumento que serviu de guia para o fim da guerra entre os dois beligerantes que de forma sucessiva reivindicam para si o monopólio quase absoluto dos *dossiers* da paz, e consequentemente de todo expediente também do conflito que o país conhece.

Nesse contexto, justifica-se a realização deste trabalho por três razões: a primeira, tem que ver com o facto de existirem vários trabalhos em ciência política (Machaieie, 2017 & Amaral, 2015) que se interessaram em estudar os processos de Paz em Moçambique, mas concentrados sobretudo nos acordos de paz 1992, sendo que esta seria uma proposta de integrar os diversos acordos de paz em Moçambique como peça-única para apreender as dinâmicas e desafios que imperam o processo de instauração da paz. Seria este exercício interessante, dado que poderá nos permitir perceber o processo na sua globalidade – a partir dos sucessivos acordos – e não apenas num “retalho” de um processo assinado há mais de 20 anos.

Em segundo lugar, a maior parte dos trabalhos (Baptista, Luís, 2017) concentram-se fundamentalmente em dois actores centrais, Frelimo e Renamo o que nos parece limitar a leitura mais adaptada às lógicas de construção da paz e dos conflitos recorrentes em Moçambique. Assim, este trabalho vai adoptar uma perspectiva de análise em que associa múltiplos actores, não apenas o Governo (Frelimo) e a Renamo, procurando ao longo da sua realização captar vozes que possam ir além de tais actores, o que pode contribuir no debate académico de estudo sobre conflitos e paz. Desses actores iremos destacar a visão e voz do partido MDM, bem como de personalidades tidas como chave para explicar os caminhos da paz e da guerra em Moçambique.

Por fim, julgamos que não existe fadiga científica quando se trata de estudar sobre um processo marcante para a construção do Estado em Moçambique: a Paz. Ou seja, o presente trabalho configura uma proposta que se pretende inacabada para entender um tópico complexo, não só aos actores políticos, mas igualmente para os estudiosos sobre paz e conflito. Portanto, pretendemos ao fim deste trabalho contribuir para o debate sobre a pertinência do processo de paz, num contexto em que o país conhece outro tipo de conflitos em emergência (Chichava, 2020; Habibe, Forquilha et al., 2020), pouco conhecidos aos olhos dos actores habituais, e muito menos ainda os motivos, mas certo de que ultrapassa o “bipartidário” entre a Renamo e a Frelimo.

METODOLOGIA

As técnicas usadas para o levantamento de dados combinaram a pesquisa bibliográfica, documental e as entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica consistiu essencialmente na consulta de vários livros e artigos científicos que versam sobre a temática do processo negocial de paz em Moçambique assim como em outros contextos que experimentaram mesmo tipos de conflitos militares, em bibliotecas físicas e virtuais. O estudo de outros contextos permitiu fazer algum paralelismo de mecanismos usados para instauração da paz e ou de resolução de conflitos. Em estudos de conflitos e construção de paz a comparação é dos elementos essenciais para encontrar vias mais adaptadas, obviamente aplicada a devida contextualização.

Com relação a pesquisa documental, foram consultadas fontes primárias constituídas pela legislação que comporta os conteúdos acordados no processo de negociação de paz em Moçambique, incluindo a Constituição que foi sucessivamente alterada e precisamente a Lei 13/92 de 14 de Outubro – Acordo Geral de Paz. Para além desses instrumentos, destacam-se os acordos sucessivos decorridos em Setembro de 2014 (Acordo Sobre a Cessação das Hostilidades Militares), bem como o último assinado em Agosto de 2019 (Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo).

Finalizando com o uso de entrevistas semiestruturadas que assumiram capital importância e permitiram a obtenção de informações relevantes para a condução dos resultados do estudo. Deste modo, estabelecemos contactos com os actores envolvidos no processo e os conhecedores das dinâmicas de negociação de paz em Moçambique.

Dos actores entrevistados, destacam-se os seguintes: personalidades (envolvidos em questões de paz), partidos políticos (com assento parlamentar) e negociadores de paz (directos ou indirectos). Cada um possui capital importância para este trabalho para seguintes razões:

1. **Personalidades (e negociadores de paz):** actores que se envolveram nas negociações de paz não se trata exclusivamente de membros dos partidos políticos beligerantes. Entendemos que existem personalidades que representam mais-valia na busca de consensos para a estabilidade política. Estes contribuem como a espinha dorsal dos sucessivos acordos no país, sendo que representam a confiança que os actores políticos e a sociedade deposita neles para que possam estabelecer o equilíbrio entre as partes divergentes ou em contenda. Tanto nos primeiros acordos (1992), assim como nos recentes assistiu-se o envolvimento, embora tímido, de alguns actores-negociadores,

sobretudo académicos que deram o seu contributo no processo de busca dos caminhos da paz em Moçambique, seja de forma pública ou privada

2. **Partidos políticos:** representam o pilar das negociações da paz desde 1992 em Moçambique, sendo que desde cedo existiram somente dois principais, caso concreto a Frelimo e a Renamo. No presente trabalho alastrou o ciclo dos actores dos partidos políticos incluindo, portanto, um terceiro partido político, o MDM, com assento parlamentar, indo para além dos dois partidos beligerantes. Esta linhagem de pesquisa é inovadora em Moçambique dado grande parte cinge-se exclusivamente na Frelimo e Renamo.

Por fim, para a análise e interpretação dos dados foi usada a técnica da análise de conteúdo na sua vertente de análise qualitativa. O tratamento qualitativo dos dados na sua análise privilegiou operações que não implicassem quantificar, pelo que compreendem a redução dos dados, a sua exibição e a conclusão

Embora realizado num contexto de restrições impostas pela COVID-19, tivemos a oportunidade de encontrar, de forma presencial, os principais actores para as entrevistas, tendo procedido com gravações das mesmas conforme o consentimento. Os nomes dos entrevistados constam no trabalho uma vez permitido por estes. Contudo, nem todos actores estiveram disponíveis para as nossas entrevistas. Não tendo, lamentavelmente, encontrado todos actores previstos. O contexto da pandemia da COVID-19 e as restrições associadas, influenciaram significativamente para algumas limitações relativa a recolha de informações.

LITERATURA SOBRE ACORDOS DE PAZ: PROCESSO, IMPLEMENTAÇÃO E ACEITAÇÃO

Neste capítulo procuramos trazer, de acordo com a literatura, algumas abordagens de como os processos de implementação dos acordos de paz aconteceram em alguns países africanos no período pós-colonial. Da literatura apresentada, constatamos algumas semelhanças nas abordagens dos diversos autores. No final apresentamos as lacunas e nosso posicionamento face a este fenómeno para justificar a pertinência da abordagem desenvolvida pelo presente estudo.

Eleições e o processo de construção da paz

A realização de eleições define um momento crítico das transições democráticas (Lyons 2005; Reilly 2008). Se, em democracias consolidadas, a competição eleitoral representa a arena onde os conflitos são geridos pacificamente, em sociedades recentemente devastadas por guerras violentas, as eleições podem exacerbar conflitos, político e social, com o risco de potenciar o regresso a guerras (Bermeo 2003).

De acordo com Mozaffar (2002), as eleições são um mecanismo que permite a transição pacífica para a democracia, daí que sejam uma componente-chave no desenho das missões de paz. De facto, grande parte dos acordos de paz estipula a celebração de eleições livres e justas, com os objectivos fundamentais de estabelecer um governo legítimo e representativo e de colocar um fim decisivo à guerra (Höglund 2008). No mesmo sentido, Lyons (2002 e 2004) considera que a realização de eleições multipartidárias pode se consubstanciar como o fim do conflito para uma transição à democracia e o momento oportuno para retirada da presença internacional do país.

Apesar de serem um elemento constante dos acordos de paz, as experiências eleitorais em contextos pós-conflito armado têm alimentado um importante debate sobre o seu papel crítico nas transições para a paz e a democracia. Na literatura que tem explorado a relação entre eleições e violência (Adejumobi, 2000; van de Walle, 2002), são vários os factores apontados como críticos: o agendamento das eleições, o processo de desmobilização e desarmamento, o processo eleitoral, a aceitação dos resultados e o papel da assistência internacional.

Há uma extensa literatura que vê as eleições em África da perspectiva do que deveriam ser noutros terrenos, e não necessariamente do que realmente são, uma espécie de ‘banalidade teórica’ (Gazibo et al., 2009). De facto, durante muitos anos, as eleições em África têm sido consideradas como ‘justas, livres e transparentes’, enquanto a realidade mostra que o que é

recorrente é que são consideradas fraudulentas (Mayrargue et al., 2010). Por outras palavras, falar de eleições em África leva-nos a questionar a transparência e a perpetuação do poder em contextos de conflito.

No entanto, consideramos que esta leitura limitada do impacto das eleições em África deve ser fortemente relativizada, pois baseia-se numa idealização do funcionamento da democracia no Ocidente, mesmo que as últimas eleições nos Estados Unidos – um país considerado como uma democracia consolidada – tenham mostrado que não se deve considerar “noções adquiridas” como certezas absolutas. De facto, nestes países democráticos (ou pluralistas), as eleições podem ser o que a literatura geralmente considera a realidade de outros, mesmo da África.

Este mesmo normativismo eleitoral ocidental – mesmo normalizado – está em vigor há anos, e qualquer análise rigorosa não pode ignorar a existência de tal visão do significado das eleições em África. Para Quentin (2004), as eleições em África não são, à primeira vista, de interesse legítimo na “corrente dominante” da ciência política, mas talvez devêssemos voltar às décadas de 1960 e 1970, quando, após a conquista da independência, vários países viram unanimemente o postulado eleitoral como a sua forma de estar no teatro das “nações democráticas”.

De acordo com Rakner e van de Walle (2009), foi a fase que podemos chamar democratização na África Subsaariana, que teve o início nos anos 90, tendo provocado uma mudança política substancial na região. Entre a independência e o final da década de 1960, a maioria dos Estados africanos tinha caído sob o domínio de ditaduras militares e policiais (van de Walle, 2002). Porém, falar de eleições em África é também voltar ao que Huntington (1991) chamou a “terceira vaga” de democratização, para descrever a vaga de mudança de regime que começou no sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal) em meados dos anos 70, antes de varrer a América Latina nos anos 80.

Chegados aqui, podemos dizer que como mostra a literatura acima, parece ficar evidente que devemos abordar o caso de Moçambique tendo como base a historicidade do significado que ao longo dos anos a literatura deu ao continente, seja do ponto de vista de eleições que não trazem mudança ou então sob as lentes de eleições que servem para motivar conflitos e perpetuar os mesmos dirigentes e partidos políticos. Mais ainda, note-se que o facto de os partidos não aceitarem os resultados – ou outros procedimentos democráticos – como meio legítimo para determinar vencedores e vencidos, poderá constituir um elemento potenciador de violência. Normalmente a violência no período pós-eleição – na sequência da não-aceitação

dos resultados por parte de um dos concorrentes – ocorre quando os resultados são anunciados (Rapoport e Weinberg, 2001).

De um modo geral, as eleições são vistas por um lado como um dos pilares da democracia, podendo solucionar conflitos pela distribuição de poderes políticos, por outro lado, podem gerar conflitos pela não-aceitação dessa distribuição de poderes (Kotzé, 2002), a esses conflitos gerados em reacção a actos eleitorais são designados por violência eleitoral. Historicamente, Moçambique regista cenários generalizados de violência eleitoral. Aliás, os cenários que caracterizam as eleições gerais, na sua maioria, são alvos de várias contestações e ameaça a soberania nacional por conta do maior partido opositor, a Renamo, e tem sido assim quase em cada eleição, seja ela municipal ou de nível nacional (presidencial e legislativa).

Entre as reclamações, na maioria das vezes percebe-se que o debate central está na forma como actuam os órgãos de gestão e administração eleitoral. Estes surgem constantemente no centro do debate como os mentores que pela sua forma de actuação deixam espaço para a ocorrência de conflitos eleitorais. Sucede que os actores políticos (partidos políticos) vezes sem conta desconfiam de entidades como CNE e STAE na forma como conduzem as eleições em Moçambique. Tais órgãos são tidos na sua maioria como sendo de benefício directo do partido no poder, a Frelimo.

Vários relatórios sobre observação eleitoral em Moçambique apontam como causa dos conflitos após as eleições a forma como o processo em si é organizado⁶. Verifica-se que os vários incidentes podem ocorrer para a ampliação do conflito armado interno e crimes violentos. Em 2013, o EISA já notava que o facto de os moçambicanos identificarem as eleições com a violência, faz com que haja pouca vontade para que os cidadãos participem e, em última instância, mina a legitimidade democrática. Para aquele Instituto Eleitoral, a violência antagoniza os actores políticos e reduz o espaço para o consenso e o compromisso, o que pode incutir desconfiança cívica e medo nos processos eleitorais.

⁶ Ver diversos relatórios das missões de Observação Eleitoral, com destaque para a União Europeia e EISA.

Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)

De um modo geral, os acordos de paz e as missões de *peacebuilding*⁷ ou de construção da paz definem que as eleições só deverão ocorrer após o desarmamento completo de todas as partes. Na prática, vários casos empíricos demonstram a resistência dos grupos armados e a desconfiança relativamente ao processo DDR, bem como às vantagens da mudança de regime e da realização de eleições. Para vários autores, o desarmamento e a desmobilização são uma pré-condição para o êxito das eleições (Ottaway 1998; Reynolds e Sisk 1998; Spear 2002; Jeong 2005). Para Lyons (2005:147), ao diminuir os meios de recurso à violência, a desmobilização aumenta a confiança e os incentivos à participação de todas as partes no processo político.

Deste modo, contribuem para existência de uma atmosfera mais propícia quer para a realização das eleições quer para a aceitação dos resultados. Piris (2000:21) considera que o processo eleitoral só deve ser levado a cabo uma vez concluído o processo de DDR e criado um novo exército nacional, para que a parte derrotada nos resultados eleitorais não sinta a tentação de recorrer às armas. Em muitos dos casos, os processos de desarmamento e desmobilização e o eleitoral são desenvolvidos em simultâneo. Nesta perspectiva, de acordo com Sisk (2009: 203), os processos eleitorais requerem um certo nível de progresso em relação à segurança, pois se as diferentes partes tiverem à sua disposição meios violentos podem contestar o resultado eleitoral recorrendo às armas.

Segundo Kingama (2020: 5), a reintegração é um processo através do qual os antigos guerrilheiros, juntamente com indivíduos anteriormente associados a eles, assumem uma identidade civil e passam por um processo de transição para uma comunidade e sociedade, como cidadãos reconhecidos e respeitados (Kingma, 2020: 5), sendo que:

- O aspecto social do processo de reintegração é a forma em que o indivíduo é aceite na família, comunidade e sociedade na qual ele vive, e o grau até o qual a pessoa se sente parte da vida social;
- O aspecto económico do processo inclui o (re) estabelecimento de uma vida legalmente sustentável (possivelmente através do emprego ou outras fontes de rendimento) e uma qualidade de vida comparável à dos outros elementos nas suas respectivas comunidades;

⁷ Termo usado para denominar intervenções que são idealizadas com finalidade de evitar novos conflitos, criando assim, uma atmosfera de paz sustentável.

- O aspecto político deveria incluir o processo através do qual o antigo guerrilheiro e indivíduos anteriormente associados se tornam envolvidos no processo de tomada de decisões ao nível da comunidade e no mais amplo processo político, sem ter que recorrer à violência.

No caso de Moçambique, Kingma (*idem*) refere que o actual DDR pode tirar lições de um processo idêntico realizado em Moçambique nos anos 1990 e de outras operações semelhantes em África, mas deverá também ser abordado a partir da perspectiva das actuais condições de Moçambique, incluindo os desafios mais amplos de desenvolvimento. Tais como as condições dos serviços e infraestruturas, as persistentes disparidades sócio-económicas e o uso e abuso do poder político a vários níveis.

O mesmo autor avança que a operação de DDR é afectada pela rivalidade de longa data entre o Governo, corporizado pela Frelimo, e a Renamo. E, infelizmente, o conflito com a Renamo já não é o único conflito violento com um grupo organizado no país. Das lições que Moçambique pode buscar dos anos 1990, Kingma (*ibidem*) refere que apesar das falhas cometidas após o acordo de 1992, existe, pelo menos, a experiência do país já ter passado por um processo que procurou reintegrar militares saídos de uma guerra. Assim, para o mesmo autor, a actual reintegração dos guerrilheiros na sociedade é geralmente encarada como uma parte crítica do processo do DDR.

África e processos de paz: entre retrocessos e assinaturas de acordos

Vários trabalhos já foram feitos para discutir os contornos do insucesso ou sucessos dos acordos de paz no continente Africano (Falola e Harr, 2010; Appiah-Thompson, 2020). Entre outras pesquisas, destaca-se um livro recentemente publicado com o título *Peace agreements and durable peace in Africa*, da autoria de Maina e Malander (2015). No mesmo, os autores argumentam que os acordos de paz se tornaram instrumentos necessários e legítimos para a resolução de conflitos e a instauração de uma paz duradoura. Os autores procuram analisar as experiências africanas de processos de paz para identificar como estes podem ser reforçados, a fim de assegurar uma paz positiva e sustentável em áreas em conflito, sendo os países de destaque Angola, Burundi, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Somália, Sudão do Sul e Uganda.

Adetula et al. (2018) notam que, de acordo com a base de dados dos Acordos de Paz da ONU, 42% de todos os acordos de paz pertencem ao continente africano. No entanto, vários destes

não conseguiram lançar as bases para uma paz sustentável, sendo, assim, importante investigar porque é que tal realidade acontece e porque é que os países caem na armadilha do conflito, onde as sociedades que sofreram uma guerra civil recaem mais tarde na violência.

Para os autores (*idem*), a natureza cíclica dos conflitos em África é em parte atribuível a instituições e estruturas políticas fracas. As negociações de paz podem falhar se as partes se sentirem coagidas a aceitar um resultado, sendo que os acordos podem entrar em colapso se as partes envolvidas não os implementarem de boa-fé. Os fundamentos da paz e o potencial para a transformação socioeconómica e política depende de decisões vitais tomadas à mesa de negociações, bem como da dinâmica das conversações de paz, incluindo a sua natureza de género comercial (*ibidem*). Em resumo, podemos citar que:

A forma como a paz e o conflito são conceptualizados tem um efeito profundo nas negociações de paz. Demasiadas vezes, a paz é vista simplesmente como a ausência de conflito, e o sucesso de um acordo de paz é medido pelo facto de resultar na cessação das hostilidades. Há numerosos exemplos de acordos de paz em África que trouxeram a paz temporária, mas que não conseguiram resolver a violência estrutural presente nas sociedades, o que gera descontentamento e conduz a conflitos futuros. Se os acordos de paz não tratarem da forma como as pessoas vão viver no futuro e não promoverem uma "paz positiva", continuarão a não conseguir acabar com o sofrimento e a prevenir conflitos futuros.

Adetula et al. (2018: 4)

No caso de Moçambique, uma referência de relevância na matéria é a de Dorina Bekoe, com o título *Implementing Peace Agreements Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia* (2008). A autora busca analisar os processos de implementação de acções de paz em alguns Estados africanos e procura a partir daí tirar lições para Moçambique. O destaque central vai para o caso de Angola, que é o oposto ao de Moçambique, pelo resultado que acordo teve nos dois países. Dois acordos de paz de Angola, o Acordo de Bicesse de 1990 e o Protocolo de Lusaka de 1994, tentaram acabar com a guerra civil que começara em 1975, mas não conseguiram.

Hodges (2001), citado por Bekoe (2008), afirma que tal como em Moçambique, as Nações Unidas conduziram a mediação e gestão da implementação do acordo. Após o Acordo de Bicesse de 1990, a guerra recomeçou pouco depois de ser anunciado que os insurgentes, UNITA, não ganhariam as eleições presidenciais. Embora o Acordo de Bicesse contenha algumas falhas geralmente aceites, o Protocolo de Lusaka foi amplamente visto não apenas como uma melhoria, mas também como um acordo mais robusto, pois permitiu engajar algum tipo de diálogo que trouxesse momentos de paz para Angola.

Em 1994, o Protocolo de Lusaka também ofereceu esperança de que a guerra civil acabaria. Ao contrário do Acordo de Bicesse de 1990, o Protocolo de Lusaka de 1994 continha as prescrições de partilha de poder de um governo de unidade nacional e autonomia territorial. Ainda assim, em 1998, a guerra recomeçou em Angola⁸.

Apesar de não assumirmos taxativamente uma variável comparativa, consideramos que o caso de Angola surge como fundamental para o nosso trabalho, na medida em que podemos identificar duas dimensões centrais: (1) o facto de ambos ter tido o mesmo colonizador, o sistema português, pode trazer elementos de interesse para perceber como é que os actores políticos geriram os processos de paz em ambos países; (2) a forma como os partidos libertadores construíram a sua narrativa no ‘pós-independência’ ilustra como é que o MPLA (Angola) e Frelimo (Moçambique) pretendiam firmar-se, não só como partidos libertadores, mas igualmente governantes por longo período. Contudo, não podemos falar de semelhança total nos processos de paz entre Angola e Moçambique, tal como foi visto acima.

Outro exemplo de processo de implementação de acções de paz é o da Libéria, que segundo Bekoe (2008), difere de Moçambique e Angola em alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, em vez de um acordo de paz significativo, o acordo da primeira guerra civil da Libéria, que começou em 1989, exigiu seis acordos de paz até que as eleições fossem realizadas em 1997. Ao contrário dos outros casos, a Libéria também foi caracterizada pela proliferação de facções durante a guerra; oito facções beligerantes assinaram o último acordo em 1996.

Finalmente, ao contrário dos outros casos, as Nações Unidas não desempenharam um papel proeminente na mediação e gestão da implementação dos acordos. Em vez disso, essa tarefa coube à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental⁹. Embora a Libéria não tenha uma guerra civil hoje, existe uma “paz frágil”. Desde a assinatura do acordo de paz em 1996, que culminou nas eleições presidenciais de 1997, a guerra civil reiniciou novamente em 2000. Um acordo de paz foi assinado em agosto de 2003 e as eleições realizadas novamente em 2005.

⁸ Good summaries of the Angola’s implementation process may be found in Anstee (1996); Hare (1998); and Hodges (2001).

⁹ Good summaries of the Liberian implementation period may be found in Armon and Carl (1996); Ellis (1999); and Alao, Mackinlay, and Olonisakin (1999).

Spear, Joanna. 2002. «Disarmament and Demobilization». In *Ending civil wars: the implementation of peace agreements*, eds. Stephen J. Stedman, Donald Rothchild e Elizabeth M. Cousens. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 141-82.

Os acordos de paz da Libéria fornecem uma visão única do processo progressivo de implementação de um acordo de paz, dado de forma quase subsequente nota-se a emergência de conflitos que de forma posterior são acalmados com o surgimento de acordos de paz, uma realidade que não difere tanto de Moçambique. Além disso, naquele país o conflito recomeçou várias vezes durante os períodos de implementação – fornecendo mais informações sobre os determinantes e os obstáculos à estabilidade política. As lições de como os processos de paz foram e continuam a ser conduzidos na Libéria fornecem elementos não só de alguma comparação, mas igualmente de proximidade por duas razões: (1) os actores políticos sempre viram para si a necessidade de acabar com o conflito, sem a devida inclusão de demais actores no processo; e (2) a forma como a comunidade internacional – doadores – se interessaram pelo processo pode ser revelador das fragilidades de continuidade dos processos de país em ambos países.

Trazidos os exemplos acima, importa referir que como os acordos de paz geralmente exigem reformas políticas, que compreendem a inclusão social e económica, bem como a militar, a nossa análise começa com o pressuposto básico de que, no início, as partes em conflito não confiam umas nas outras para cumprir as concessões prometidas, mesmo depois de um acordo ter sido assinado. Nesse contexto, entendemos que no tempo que se segue a um acordo, as partes contemplem essencialmente uma questão central: qual é a probabilidade de o adversário cumprir as promessas de reforma política? Assim, se houver razão suficiente para uma das partes acreditar que a outra renegará os acordos, isso reacenderá o conflito. A tarefa então é transmitir aos *ex-insurgentes* que eles obterão poder político suficiente para ser vistos como actores importantes no processo de pacificação do país. Analogamente, o governo deve se sentir seguro de que o aumento do acesso político manterá parte de seu poder político e que os *ex-insurgentes* se desmobilizarão.

Nesta pesquisa, examinamos os métodos pelos quais partes em conflito em Moçambique transmitiram seus compromissos com as reformas políticas de desmobilização e inclusão política. Em outras palavras, avaliamos a credibilidade da reforma política e desmobilização prometidas. A seguir nos propomos o quadro teórico que deverá depois permitir fazer a leitura dos resultados decorrentes da pesquisa de campo, que teve lugar junto dos actores que consideramos centrais na busca da paz em Moçambique, sejam eles de cunho político-partidário ou de índole académico.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo destina-se a apresentação e discussão dos suportes analíticos para sustentar a nossa análise. Combinou-se nesta pesquisa duas perspectivas teóricas, designadamente o *neo-institucionalismo* e a *teoria da decisão*. Estas perspectivas parece-nos estimulantes para apreender as dinâmicas de construção da paz em Moçambique.

Neo-institucionalismo

Na concepção de Procopiuck (2013), as instituições são formadas por conjuntos complexos de práticas e significados que, com intensidades variadas, influenciam as acções de indivíduos e colectividades em diferentes contextos. As instituições podem se apresentar como simples regras e conseqüentemente constituir fundamentos para o comportamento político.

O “novo institucionalismo” ou “neo-institucionalismo”, surge da inquietação com o crescimento das instituições sociais, políticas e económicas, cuja complexidade repercute mais na vida coletiva em sociedade (Peters, 1999; March e Olsen, 1984). O novo institucionalismo não é uma escola teórica coerente e unificada, esta inclui vários ramos que vêm desenvolvendo uma relativa autonomia metodológica e epistemológica entre si. Tipicamente, três ramos são identificados: o histórico, o sociológico e o da escolha racional (Hall et al., 2003).

A questão distintiva da *perspectiva histórica*, está na tentativa de agregar a análise uma dimensão temporal, interpretando como o passado incide sobre o presente e o futuro, sem perder de vista que indivíduos são dotados de escolhas. Ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos, o institucionalismo histórico prefere modelar um mundo onde as instituições conferem a certos grupos um acesso desproporcional sobre o processo de decisão (*idem*).

O novo institucionalismo sociológico se preocupa em compreender e explicar a forma como actores enraizados dentro de estruturas sociais moldam suas crenças e preferências. E por fim, a perspectiva racional relaciona o comportamento individual a um conjunto de estratégias para obter o máximo de benefícios possíveis perante uma instituição, ou seja, o argumento principal para os autores desta vertente é que os actores perseguem interesses fazendo escolhas sob restrições (*ibidem*), dado que não possuem informação completa sobre o que deve decidir, não só pela limitação humana, mas igualmente pela dificuldade de agir num cenário em que conhecemos os prós e contras das nossas decisões.

As perspectivas acima colocadas nos ajudaram a compreender não só como as instituições que deviam garantir a manutenção e devida implementação dos acordos de paz deviam funcionar, mas acima de tudo perceber através do contacto com os interesses directos as razões que ditaram para que Moçambique continuasse numa marcha onde a estabilidade política permanece até aos dias de hoje. Para tal, era necessário fazer uma abordagem histórica de todo o processo de paz, para que se chegasse ao contacto directo com os actores que possuem limitações na sua forma de decidir, uma temática que introduzimos a seguir.

Modelo de tomada de decisões

Allisson & Zelikow (1999), referem que a essência da decisão é bastante complexa, tanto do ponto de vista dos observadores bem como dos próprios decisores, e por isso, nenhum modelo teórico é dotado de autoridade cabal em termos de orientação aos decisores ou mesmo de explicação para os observadores, dada uma infinidade de elementos, muitas vezes encobertos, que constroem a tomada das mesmas decisões, o que Tsebelis (1998) designa por *jogos ocultos*. O entende tais jogos como sendo aqueles em que não estando ao alcance dos actores, faz com que estes tomem decisões imperfeitas, dada a falta de informação ou dimensão do problema que se pretende solucionar (Tsebelis, 1998).

Este trabalho incide sobre a análise de um processo decisório envolvendo vários actores, que Sartori (1994) designa por actores grupais, caracterizados por estabelecerem entre si uma interação face à face em que cada um deles participa de forma significativa e decisiva na tomada de decisões (*idem*), tal como se verificou no âmbito das negociações de paz iniciadas em 1990 cujo término foi em 1992 com a assinatura do AGP, seguido por outros processos similares, sendo o último assinado em Agosto de 2019.

Em geral, todas as teorizações sobre o processo decisório têm como ponto de ancoragem o modelo económico das escolhas racionais, que para além de antropomorfizar os actores, considera que as decisões são orientadas por uma ordem instrumental de cálculo custo-benefício, visando sempre maximizar estes últimos em detrimento dos primeiros a serem empreendidos ao levar a acção a cabo (Sartori, 1994). Relevante citar que os autores supramencionados discutem as limitações deste modelo, e desenham outras linhas que podem orientar a tomada e/ou análise de decisões, entre os quais se distingue Bazerman (2004).

O autor idealizou um modelo de tomada de decisão em crítica e contraposição ao modelo económico, por tomar o processo decisório de forma linear ignorando os vários

constrangimentos que surgem em meio a cada regra pelo modelo pressuposto e que colocam em causa a própria racionalidade dos actores. Assim, ele verificou que estes, mesmo que inconscientemente, diante desses constrangimentos tomam sempre estratégias específicas, que consistem em se fiarem em diversas regras-padrão que orientam implicitamente o julgamento, servindo de mecanismo para enfrentar o complexo ambiente que cerca as decisões, designadas por *heurísticas* (*idem*).

Tomado como exemplo, a assinatura do AGP, mostra-se como um caso de uso de *heurística*, pois tratava-se de um contexto em que o país se encontrava instável em todos os aspectos (sócio-económico e sobretudo, político) devido à guerra civil devastadora que opunha a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) às forças governamentais. Tal conflito não deixava margem para que se tomassem decisões acuradas e tranquilas, uma vez que se exerciam pressões de várias direcções que tornavam o conflito cada vez mais insustentável (Gujamo, 2016:5).

Assim, não havendo condições suficientes para a tomada de uma decisão que fosse em rigor racional, qualquer via que fosse mais acessível e servisse para no mínimo paralisar a guerra, parecia ser bastante útil, assim, em 1990, foram iniciadas as conversações com o intuito de estabelecer aquilo que parecia um desígnio nacional – a paz. Aquele momento representava o início para a conquista de um passo significativo para o fim do conflito.

Contudo, embora as heurísticas tenham um grande mérito em termos de simplificação de processos decisórios, nem sempre elas têm o mesmo efeito, pois o seu uso muitas vezes é orientado por julgamentos cognitivos que levam a ignorar dados factuais importantíssimos e por conseguinte, a cometer crassos erros de racionalidade, designados por vieses (Bazerman, 2004).

Com efeito, uma das maiores considerações feita neste trabalho é de que embora a estratégia de negociação tenha satisfeito os anseios das partes beligerantes, pelo menos sob ponto de vista geral, algumas escolhas e cedências feitas, sobretudo pela Renamo, foram baseadas em julgamentos que acabaram conduzindo a resultados não totalmente satisfatórios. Por exemplo, nota-se que tal como foi disposto na alínea b do número 5 no V Protocolo do AGP atinente aos procedimentos eleitorais, pouco ou quase nada se cumpriu, se avaliarmos pelos conflitos recorrentes que são assistidos em decorrência da realização das eleições no país.

CAPÍTULO II

PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

Acordo de Nkomati

Os processos de conflito entre o Governo da Frelimo e o Partido Renamo não se configura como um evento recente, durante a guerra dos dezasseis anos, o Governo da Frelimo sofreu pressão externa, quando o partido ANC apoiava o Partido Renamo militarmente e como forma de travar tal evento, se viu numa situação de negociar um acordo denominado - *Acordo de Nkomati* – um pacto que foi assinado a 16 de Março de 1984 pelos governos moçambicano e sul-africano, representados pelo então Presidente Samora Machel, de Moçambique, e Pieter Willem Botha, da África do Sul, preconizado a não-agressão e boa vizinhança, numa perspectiva histórica conjugada com a economia política e relações internacionais. De referir que embora se tenha assinado o acordo, este não teve sua efectividade.

Autores como Minter¹⁰ (1994), afirmam que a África do Sul assinou o acordo de Nkomati na sequência de pressões internacionais e não em resultado da motivação e vontade endógena. Refere o autor que o regime sul-africano influenciado pelas correntes militares ainda acreditava que a pressão baseada no uso da força era a melhor alternativa.

Neste âmbito, a África do Sul assinou o acordo numa altura em que tinha a convicção de que através da utilização da Renamo poderia obrigar o governo moçambicano a mudar a sua atitude hostil em relação ao regime do apartheid. No entanto, o regime de Pretória parecia acreditar menos na possibilidade de Maputo mudar a sua atitude através do acordo de Nkomati. A sua determinação manifestada desde a independência, em 1975, era de combater energicamente contra o apartheid.

Assim, perante as dúvidas sobre a possibilidade de Moçambique engajar-se activamente na implementação dos compromissos de Nkomati, Pretória não abandonou as suas acções militares. Com efeito, Pretória não tinha o optimismo em relação ao resultado do acordo. Por isso não se engajou para a sua implementação efectiva. Conforme nota William Minter (2008), a África do Sul não fez nenhum esforço para implementar o acordo de Nkomati.

Como observou Oliveira (2006), a ausência de consensos no seio do regime sul-africano sobre o tipo de relações que deveriam ser mantidas com Moçambique contribuiu para que o acordo

¹⁰ William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 42.

de Nkomati não conhecesse o sucesso esperado. Em Pretória existia um grupo de políticos, como Pik Botha, procurando intermediar a disputa entre a Renamo e o governo moçambicano e um outro defendendo os interesses de alas militares da África do Sul que acabaram por prevalecer.

A nível interno, Gunn (1987) destaca que a outra razão pela qual o acordo de Nkomati não trouxe a paz é que a Frelimo que governava Moçambique cometeu o erro ao justificar que todo o sucesso da insurgência da Renamo era explicado por acções de actores externos, nomeadamente, a Rodésia, África do Sul, entre outros, marginalizando aspectos internos. A Frelimo não reconheceu que algumas das suas acções e políticas internas no período pós-colonial criaram um ambiente fértil para a existência de uma base de apoio e de recrutamento para a Renamo ou para os inimigos externos de Moçambique ganharem apoio através de dinâmicas internas.

Acordo Geral de Paz (AGP)

Moçambique conquistou a sua independência nacional após dez anos de luta armada de libertação nacional contra a ocupação estrangeira imposta pelo sistema colonial português. Após a descolonização, em 1975, o Estado recém-independente viu-se confrontado com um novo conflito político-militar que durou cerca de 16 anos.

Foi com intuito de acabar com a guerra, que o Governo de Moçambique e a Renamo iniciaram negociações. Os acordos foram assinados no dia 4 de Outubro de 1992, em Roma, entre Joaquim Alberto Chissano, o então presidente da República de Moçambique (1986-2005) e Afonso Dhlakama, então presidente da Renamo, na presença do ministro dos negócios estrangeiro da Itália e na presença de Robert Mugabe, Ketumile Masire, George Saitoti, Roelof Botha, John Tembo, Ahmed Haggag. Mais tarde o AGP viria a ser transformado em lei¹¹. Nos termos do AGP, aceitaram como obrigatório os seguintes documentos que constituem o acordo:

- Protocolo 1 (dos princípios fundamentais)
- Protocolo 2 (dos critérios e das modalidades para formação e reconhecimentos dos partidos políticos)
- Protocolo 3 (dos princípios e das leis eleitorais)

¹¹ Lei Nº 13, de 14 de Outubro de 1992, Acordo Geral Paz.

- Protocolo 4 (das questões militares)
- Protocolo 5 (das garantias)
- Protocolo 6 (cessar-fogo)
- Protocolo 7 (da conferência dos doadores)

Um dos principais objectivos do AGP era acabar com a guerra civil e incluía pôr termo ao regime monopartidário que oficialmente, acabara já em janeiro de 1990 e iniciava, deste modo, o multipartidário, matéria de transição ao regime democrático. A busca do entendimento consistia na superação das divergências, permitindo a consolidação da identidade nacional. As partes comprometiam-se, assim, respeitar a unidade nacional como todo estruturado, a identidade e a legitimidade das eleições multipartidárias, bem como os princípios de democracia internacionalmente reconhecidos e a estabilidade política como garantia do desenvolvimento sócio-económico. Este facto deu então espaço para que dois anos depois, concretamente entre 27 e 29 de Outubro de 1994, se realizassem as primeiras eleições fundadoras, simultaneamente presidenciais e legislativas, ganhas pela Frelimo e seu candidato presidencial, Joaquim Alberto Chissano.

O AGP foi um acordo que, tal como mostramos acima, apresentava uma série de compromissos a serem respeitados pelas partes envolvidas, mas que a realidade mostrou a existência de escamoteamento de alguns desses princípios, o que agudizou sobremaneira as condições de retorno aos conflitos. A título de exemplo, o desarmamento e a integração das forças residuais da Renamo no exército moçambicano sempre foi um tema inacabado. As dificuldades de implementação dos termos do acordo, nos faz considerar o AGP como mais um exemplo de precariedade sucessiva de instauração da paz em Moçambique.

Acordo de Cessação de Hostilidades Militares (ACHM)

A situação de estabilidade de Moçambique sofreu um enorme retrocesso a partir de 2012 com o regresso do Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, à sua antiga base em Satunjira na Gorongosa, e com diversos episódios bélicos na região central do país, iniciados a 4 de abril de 2013, com um ataque contra uma esquadra da polícia na localidade de Muxúnguè, na província de Sofala. Os conflitos instalaram-se na região e atingiram um ponto culminante com o ataque à base de Satunjira em Outubro de 2013, onde o Presidente da Renamo estava

instalado. O que levou o membro da Renamo, nomeadamente Fernando Mazanga¹² a declarar que com essa atitude “*o Comandante e Chefe das forças de segurança coloca um termo ao Acordo de Paz de Roma*”.

Ao longo do ano de 2013 os conflitos alastram ao longo do país tendo mesmo atingido as regiões de Tete e Nampula com relatos de vítimas de civis. Em sequência disso, notou-se a mobilização de organizações da sociedade civil que se expressou em manifestações nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane, como forma de exigir paz, bem como cobrar dos actores políticos algum tipo de entendimento e consenso entre eles. Nestas condições e por discordar da lei eleitoral¹³ que conduziria as eleições autárquicas daquele ano, a Renamo boicotou tais eleições que viriam a ser realizadas em 20 de novembro de 2013, tendo sido principais concorrentes, a Frelimo e o MDM.

Seguiram-se vários esforços da comunidade nacional e internacional para fazer regressar à mesa do diálogo político as partes desavindas, tendo resultado em múltiplos encontros dos respectivos representantes das partes beligerantes. Em Fevereiro de 2014, em declarações ao *Jornal @Verdade*, Raul Domingos¹⁴, ex-dirigente da Renamo e Presidente do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), referiu que:

“(…) a aplicação precária do Acordo Geral de Paz, dos quais foi negociador, e a partidarização do Estado por parte da Frelimo são duas das causas (senão as principais) da tensão político-militar que se viveu no país. E que embora a Renamo tenha integrado os seus homens nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança, com o passar do tempo, estes passaram à reforma compulsivamente, principalmente os que ocupavam cargos de chefia. “A reforma compulsiva dos homens da Renamo, com destaque para os oficiais superiores das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, provocou a guerra no país porque muitos deles regressam às antigas bases (*ibid*).

Ainda em Fevereiro de 2014, o Governo de Moçambique, representado pelo partido Frelimo e a Renamo chegaram finalmente a um consenso político-legal, quando o Parlamento aprovou na generalidade o projecto de revisão da lei eleitoral. A nova lei da Comissão de Eleições previa que o órgão passasse a ter 17 membros contra os anteriores 13. Dos 17 membros, cinco seriam indicados pelo partido no poder, a Frelimo, quatro pela Renamo e um pelo MDM.

¹² Ver em <http://www.dw.com/pt/Renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-emmo%C3%A7ambique/a-17174192>, cesso em 16 de Outubro de 2019.

¹³ Lei no 7/2013, de 22 de Fevereiro.

¹⁴ Declarações Disponíveis em <http://grupospeciais.blogs.sapo.pt/a-opinio-de-raul-domingos-24077>, visitado em 16 de Outubro de 2019.

Os restantes sete membros seriam indicados pelas organizações sociedade civil¹⁵. Estavam, pois, criadas as condições para que a Renamo participasse nas eleições Presidenciais de 15 de Outubro de 2014, o que veio a acontecer. Todavia persistiam também questões delicadas para resolver na parte militar. E em Junho de 2014, o secretário-geral da Renamo, Manuel Bissopo, citado pelo *O País*, disse¹⁶: “*Se a Frelimo continuar a dizer que não aceita a paridade, então a Renamo e o presidente Afonso Dhlakama não têm mais nada a fazer, senão aceitar o que a Frelimo quer, que é criar condições para dividir o país*”.

Em resumo, podemos afirmar que o regresso ao conflito militar em 2013 foi possibilitado pela anterior e continuada incapacidade de desarmar completamente a Renamo em 1992-1994 e de implementar na totalidade a componente militar do AGP. Assim, só em 5 de Agosto de 2014, após dezenas de reuniões mútuas, é que o Governo moçambicano e a Renamo alcançaram um acordo final para a cessação das hostilidades no país. Ao fim de meses de confrontos, um acordo de “cessação de hostilidades” foi assinado em Setembro de 2014 para permitir que os candidatos da Renamo participassem na corrida às eleições de Outubro desse ano. Porém, as tensões voltaram a crescer depois das eleições, com a Renamo a acusar a Frelimo de fraude e supressão violenta da oposição, e exigindo o controlo directo de seis províncias¹⁷ (inicialmente como “regiões autónomas”) onde teria, alegadamente, ganho uma pluralidade de votos populares.

Acordo de paz definitiva e reconciliação nacional

Para que se possa tirar as lições e ilações do processo de precariedade da paz em Moçambique é preciso, antes de tudo, recuar não só para 4 de Outubro de 1992, mas igualmente para 5 de Setembro de 2013, data em que ficou conhecida como do dia do “Acordo para a cessação das hostilidades” (ACHM), assinado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza e então Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, como notamos acima. Este acordo, portanto, era destinado para o que designamos de “Paz das eleições” – que pode ser caracterizada por um cenário em que se procurou alcançar a Paz de forma fugaz para que permitisse a Renamo e

¹⁵ Importa destacar que tais organizações da sociedade civil são resultado dos interesses dos partidos políticos, onde surgem como cooptadas. Recentemente, Domingos do Rosário (EISA, 2021) debruçou-se sobre essa problemática em *Policy Brief* intitulado “Os desafios da CNE em contexto de autoritarismo político em Moçambique”.

¹⁶ Ver tais declarações em DW Português “Doze momentos-chave do conflito entre a Renamo e o Governo de Moçambique” (5 de Agosto de 2014)

¹⁷ Dhlakama e Renamo reclamavam vitória em Tete, Niassa, Zambézia, Nampula, Sofala, Manica.

o seu líder participar do processo eleitoral que se avizinhava, para viabilizar a realização das eleições.

No entanto, mesmo com eleições na base do novo pacote eleitoral e paridade nos órgãos de gestão e administração eleitoral a todos os níveis, o que se assistiu foi um processo titubeante, com erros desde a falta de profissionalização dos órgãos de gestão de eleições a todos os níveis, bem como a falta de preparo dos partidos políticos – uma desorganização generalizada de todo o processo¹⁸.

Obrigou a um novo processo negocial. Entravam, no entanto, novos actores políticos, nomeadamente o novo Presidente da República, Filipe Nyusi, e o Presidente da Renamo, Ossufo Momade, este último que veio a ser eleito no IV Conselho Nacional do partido Renamo para suceder Afonso Dhlakama. A necessidade de negociação de mais um pacote de manutenção sugere a hipótese de haver uma necessidade primária de analisar as expectativas de cada actor envolvido e sobretudo as condições de efectivação dos acordos. Não basta só tomada de decisões que resulte em acordos, precisa-se de criar bases para a sua implementação.

Em Agosto de 2019 foi assinado mais um acordo, dito Acordo de paz definitiva e reconciliação nacional, visando encerrar formalmente, meses de confrontação militar entre as Forças de Defesa e Segurança e o braço armado do principal partido da oposição, na sequência da contestação aos resultados das eleições gerais de 2014. Este acordo possui igualmente no seu pacote questões que envolvem o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) do braço armado da Renamo e a amnistia a pessoas que tenham cometido delitos no âmbito da violência militar relacionada com os confrontos entre as forças governamentais e a Renamo.

Desse acordo sublinha ainda uma grande mudança do ponto de vista do xadrez político, uma vez que foi do acordo de 2019, que pela primeira vez, o país conheceria a eleição de governadores nas províncias. E na mesma sequência a partir de 2024 será a vez da eleição para os administradores distritais. Todo este cenário já vinha das reclamações de Afonso Dhlakama quando este argumentava que era preciso governar onde cada candidato ganhou as eleições, o que chamara na altura de “governação autónoma”¹⁹. Mesma com a introdução de um modelo de eleição de governadores, o Governo instituiu uma nova figura provincial, a de Secretário de Estado provincial.

¹⁸ Ver diversos relatórios das missões de Observação Eleitoral, com destaque para a União Europeia e EISA.

¹⁹ Ver “ Líder da Renamo reaparece e insiste que vai governar seis províncias em Março”, 12 de Fevereiro de 2016, publicado pelo Observador.

CAPÍTULO III

AS DIMÂMICAS DOS ACTORES DE NEGOCIAÇÕES DE PAZ

Como viu-se acima, o diálogo é considerado um dos mecanismos menos problemáticos de orientação e pacificação entre dois ou mais beligerantes, embora igualmente se estenda para o campo que não seja necessariamente militar ou de conflito. No caso moçambicano, tal diálogo foi sendo implementado ou mesmo limitado entre dois actores, nomeadamente o Governo dirigido pelo partido Frelimo e o partido Renamo. Em diversos momentos que marcaram diferenças entre estes dois actores, como forma de aproximação de interesses designados nacionais.

Desde a guerra civil (ou de 16 anos), que se seguiu ao momento da conquista da independência, Moçambique é um país onde falar de paz parece ter deixado de fazer parte do vocábulo social e político – existe um estado de quase conflito permanente e continuado. De facto, depois de um relativo momento de pacificação, resultado de assinatura de acordos geral de paz em 1992, desde 2011, com intensidade em 2012 e 2013, registou-se a retomada de actos de violência armada, protagonizados por homens armados do partido Renamo, em particular na Zona Centro (Províncias de Sofala e Manica), tendo assim o país retornado ao caos.

Diante dos vários momentos de tensão entre os actores, assistiu-se a assinatura de diferentes acordos de paz que se configuram como mecanismos de procura de reconciliação. Tais acordos foram sempre antecidos pelo diálogo, seja este pelos representantes das partes ou por mediadores. Um dos nossos entrevistados, Brazão Mazula²⁰, especialista e conhecedor dos processos de negociação de paz, afirmou que tais diálogos sempre foram marcados por negociações que buscavam privilegiar ganhos mínimos (Bazerman, 2004) e bipolarizados, ou seja, não abrangentes a população moçambicana. Para o nosso entrevistado, as negociações de paz tampouco foram para consolidar bases verdadeiras, mas para responder certos anseios que podemos entender como sendo ganhos particulares dos actores envolvidos.

Com isto, se pode perceber que uma das questões que também envolveu o conflito entre os beligerantes prende-se com a limitada ou inexistente partilha do poder político entre o Governo e a Renamo, o que vezes sem conta recrudescer em conflitos onde cada actor não busca a paz

²⁰Entrevista: Brazão Mazula, Janeiro de 2021, Boane, província de Maputo.

colectiva em si, mas apenas benefícios próprios. Quem concorda com esta abordagem é o Deputado do MDM, Silvério Ronguane²¹, quando afirma em entrevista concedida que:

“Numa vertente geral o que tem minado o processo de pacificação do Estado moçambicano tem sido os interesses particulares, sejam de particulares como pessoas ou particulares no sentido de grupos, estamos a dizer, que o que mina a paz é há existência de interesses particulares ao de cima de interesses nacionais; A ambição dos actores políticos, cada parte dos beligerantes que conquistar a maior *fatia* do poder político”. (Ronguane, 8 de Fevereiro 2021, Cidade de Maputo).

Estes posicionamentos remetem a primeira tese avançada por com Bazerman (2004), segundo a qual um processo de negociação com objectivo de trazer ganhos mínimos, na perspectiva de obter maior ganho para impor perdas ao outro actor e consequentemente a população no geral, tem sido um dos maiores vectores de recorrência de conflitos, seja no caso de Moçambique ou em outras geografias. Ora vejamos, a medida em que os beligerantes se preocupam em obter ganhos particulares, esta acção se desdobra em heurísticas²² que resultam em vieses²³ de conflitos a longo período.

Defendemos essa hipótese como fundamental, pois não se pode pensar na Paz como apenas um acto passageiro que deve se alcançado para a satisfação momentânea. Dito por outra, vezes sem conta a discussão sobre a reconciliação em Moçambique tem sido feita quando nos aproximamos de pleitos eleitorais, por exemplo, ao recordar da tensão militar desde 2013, entre o Governo de Moçambique e Renamo, ainda sob a presidência de Armando Guebuza.

Na altura, foram realizadas cerca de 100 sessões negociais, com mediadores nacionais, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, onde se esperava alcançar algum resultado ou acordo eficaz, de tal modo que em 2014, nas vésperas das eleições, foi celebrado, entre antigo Presidente da República, Armando Guebuza, e o Presidente do Partido Renamo, Afonso

²¹ Entrevista: Silvério Ronguane, Janeiro de 2021, Universidade São Tomas de Moçambique, província de Maputo.

²² Segundo Bazerman (2004:7), “são estratégias simplificadoras ou regras práticas ao tomar decisões, elas servem de mecanismo para enfrentar o complexo ambiente que cerca as decisões”. Ou ainda, conforme refere Kahneman (2012:127) *apud* Prates (2014), são procedimentos que agilizam e simplificam a percepção e a avaliação das informações que ajudam a encontrar respostas adequadas, ainda que geralmente imperfeitas, para perguntas difíceis.

²³ De acordo com Bazerman (2004:14), “são erros sistemáticos previsíveis”, ou seja, são falhas de racionalidade decorrentes da negligência de alguns aspectos em detrimento de outros durante o processamento e interpretação das informações, levando a julgamentos errados ou incompletos de determinadas situações.

Dhlakama (falecido em Maio de 2018), um Acordo para Cessação das Hostilidades (ACHM), de maneira a fazer com que as eleições pudessem decorrer numa forma ordeira, graças sobretudo à pressão da comunidade internacional. Coisa que aconteceu, pontualmente e momentaneamente, o que nos desvia do real problema que pretendemos resolver.

Para o General na Reserva, Jacinto Veloso²⁴, o fracasso de várias rondas de negociações de paz com Renamo, desde o Acordo Geral de Paz de Roma (1992), se deveu essencialmente ao facto de, no seu conjunto, a Frelimo ter sempre em mente que os “bandidos armados²⁵” deviam ser neutralizados, e a própria Renamo, de uma vez por todas, aniquilada.

“Na prática, a Frelimo, como Estado e Governo, comportou-se durante algum tempo desta forma e utilizou o seu aparelho estatal para bloquear a ascensão social dos membros da oposição, criando um cordão sanitário, em particular na área económica, não facilitando que pessoas da Renamo tivessem acesso a funções de direcção que lhes pudessem proporcionar vantagens políticas, económicas ou financeiras”. (Jacinto de Veloso, 18 de Janeiro 2021, Cidade de Maputo).

Os dirigentes da Renamo continuavam a considerar a Frelimo como uma organização conservadora com a qual o único diálogo possível é negociação mínima ou em pontos marginais, para alcance de cedências de actuação partidária na arena governativa. Mais uma vez, estamos diante da negociação da paz meramente com um significado de cedências e não necessariamente construção da paz efectiva.

Ronguane (2021)²⁶ analisa o processo de pacificação como lento e espinhoso, mas acima de tudo como um processo que tem sido marcado por uma desconfiança pelas partes e por falta de sinceridade, no sentido em que estas tem revelado os seus objectivos ao público de querer uma paz efectiva, e tem faltado verdade ao objectivar o interesse real das suas constantes declarações.

A visão dos entrevistados, tanto Veloso e Ronguane (*ibidem*), nos remetem a teoria de base, o neo-institucionalismo, na sua vertente histórica, defendendo que eventos passados podem incidir em decisões futuras, *path dependente* (Greener, 2005), aos considerarmos que estas

²⁴ Entrevista: Jacinto Veloso, Janeiro de 2021, VJ Consulting, província de Maputo.

²⁵ Conceito que perdure desde os tempos de Guerra Fria. Durante a confrontação global Leste-Oeste, em termos simplistas, a Frelimo representava para a Renamo a “defesa do comunismo”, liderado pela URSS, e a Renamo, para a Frelimo, era o agente do inimigo imperialista lutando contra a revolução popular moçambicana.

²⁶ Entrevista: Silvério Ronguane, Janeiro de 2021, Universidade São Tomas de Moçambique, província de Maputo.

declarações traduzem a ideia de que as tentativas de diálogo e negociações das partes beligerantes, mas não alcançam o seu objectivo desejado porque carregam factores históricos. Ou seja, a Renamo que goza da prerrogativa de ser um partido com forças militares desde a sua criação, consta que durante a guerra dos dezasseis anos e em outras manifestações, este partido teria usado força violenta como instrumento de reivindicação das suas percepções e necessidades. Este factor, foi muitas vezes usado em discursos políticos, para fragilizar o seu capital político, principalmente pelo facto de se estar a digladiar com um partido que já gozava de credibilidade, por se assumir como legítimo representante do povo, dado o mérito de libertação colonial e como o partido no poder até então

Um processo de negociação de paz com actores marginalizados

Em um processo decisório complexo como a instauração de uma paz definitiva, o interesse comum dos ex-beligerantes para a obtenção de um benefício colectivo como a paz, nem sempre é suficiente para levar a cada um dos actores a contribuir para a obtenção desse benefício.

Há circunstâncias em que os actores de forma racional, buscam maximizar seu próprio bem-estar, preferindo que a outra parte seja prejudicada a favor da obtenção do benefício colectivo para, assim, poder gozar das vantagens dele oriundas sem ter incorrido perdas notórias (Tsebelis, 1998).

Este facto foi muitas vezes observado ao longo dos processos de negociação da paz em Moçambique, tal como refere Brito (2014: 32), umas das opções da Renamo no momento da negociação do AGP – e que se prolongou depois – foi a de excluir do processo as restantes forças da oposição. Esta opção não pode deixar de fazer lembrar o paralelismo com a oposição da Frelimo no período de transição para a independência.

Com efeito, nessa altura, nas negociações com um adversário enfraquecido, o governo português saído do golpe de 25 de Abril, a Frelimo impôs-se como único representante legítimo do Povo moçambicano depois de 1974 como fantoches ao serviço de interesses neocoloniais. A Renamo tomou também uma posição semelhante, considerando os partidos que tinham surgidos apos a Constituição de 1990 como criação da Frelimo.

Quem concorda com a recorrente ‘bipolarização e marginalização de outros actores’ que pudessem jogar papel importante na pacificação, e contribuir ao processo de democratização em Moçambique, é o chefe da bancada do MDM na Assembleia da República, Lutero

Simango²⁷, que em entrevista avançou que um dos constrangimentos da paz está inerente ao facto de que o processo de negociação quase que sempre foi feito de forma bipolarizada: entre dois assumidos actores políticos.

Ou seja, envolvendo apenas os dois beligerantes, o Governo da Frelimo e o partido Renamo, sendo que este modelo de aproximação, para este, pode ter dificultado a pacificação e abrir alas de garantia de interesses particulares, a partir do momento que outras forças partidárias, organizações da sociedade civil, os *media*, que são órgãos com legitimidade de emitir uma opinião construtiva para, são isentos de participar directamente dos processos de negociação. Não obstante, este enfatiza que o aparelho de Estado encontra-se parcialmente partidarizado pelo Partido Frelimo e vários órgãos de gestão da coisa pública.

“Todo funcionário público pensa que o dinheiro existente nos cofres do Estado pertence ao partido Frelimo. Nisto, o que temos visto é que em momentos de crise política, cada um busca uma paz com vitória, este desejo de paz com vitória é que mina o processo de pacificação, por que todos querem governar e não garantir o interesse nacional”. (Lutero Simango, 28 de Janeiro 2021, Cidade de Maputo).

Deste posicionamento, consegue-se reter duas novas justificativas que possam estar atreladas ao processo que ronda a precariedade da paz em Moçambique, em primeira instância encontra-se a questão o modelo em que o debate ou negociação da paz tem sido feita, para este, o processo de pacificação poderia ser mais frutífera a medida em que pudesse envolver as “forças” nacionais, como os partidos políticos com expressão e notoriedade, os canais mediáticos e organizações da sociedade civil que advogam em torna dos processos que envolvem a boa governação.

O segundo posicionamento complementar é o facto de que mesmo após a assinatura dos vários acordos de paz, em que procedimentalmente a aceitação de partilha de poder a nível do Estado, o que se verifica na prática é uma apropriação das instituições publicas pelo partido Frelimo, minando deste modo o acordo e colocando em alerta o sentido de exclusão do partido Renamo, podendo este usar como elemento de sustentação a sua recorrência a conflitos.

A tese sobre a partilha do poder não parece nova, pois tal como mostrou Spears (2000), a partilha do poder tem sido vista como uma forma de sair de conflitos de outro modo intransigentes em sociedades africanas. No entanto, a partilha de poder tem problemas óbvios:

²⁷ Entrevista: Lutero Simango, Janeiro de 2021, Assembleia da República, província de Maputo.

os acordos de partilha de poder são difíceis de alcançar, ainda mais difíceis de implementar, e mesmo quando implementados, tais acordos raramente resistem ao teste do tempo. De facto, existem relativamente poucos exemplos históricos de partilha de poder bem-sucedida e formalizada em África que justificariam a sua defesa, sendo Moçambique quanto a nós um desses exemplos.

Como vimos acima, existe um ângulo de análise que não deve ser negligenciado: os actores da sociedade civil, dado que as negociações de paz são frequentemente limitadas a partes armadas e os dirigentes do Estado. Segundo Adetula et al. (2018), essa é uma percepção comum quando se tem a ideia de que as negociações devem ser secretas e por via de corredores diplomáticos. No entanto, embora os acordos assim alcançados possam levar a uma cessação das hostilidades a curto prazo, a longo prazo tendem a falhar devido à falta de credibilidade e legitimidade. Isto é especialmente verdade em África, onde o apoio público aos governos tende a ser baixo, se tivermos em conta os dados de pesquisas de opinião do Afrobarómetro (2016).

Além disso, os grupos armados muitas vezes não representam realmente os cidadãos por quem dizem falar. Em vez disso, perseguem as suas próprias ambições económicas e políticas egoístas. Assim, uma sociedade civil forte que represente os interesses dos cidadãos comuns e que tenha uma compreensão alargada das questões relevantes, pode encontrar soluções para uma paz mais sustentável. Para Adetula et al. (*idem*), a inclusão de organizações da sociedade civil nas conversações de paz reforçaria a legitimidade das negociações e melhoraria a adesão do público: se os cidadãos sentirem que os seus interesses foram devidamente repreendidos, é mais provável que sintam um sentimento de responsabilidade para manter a paz.

Dessa forma, parece ficar evidente que é perfeitamente viável alargar a participação nas negociações à sociedade civil sem reduzir a sua eficácia. A especialista sobre assuntos de paz Thania Paffenholz, que tem aconselhado muitos processos de paz africanos nas últimas duas décadas, desenvolveu um modelo conceptual para a inclusão de organizações da sociedade civil. O modelo apresenta passos que vão desde formas mais directas de participação (tais como negociações formais, estatuto de observador e fóruns consultivos oficiais) a formas mais indirectas (tais como consultas informais, plataformas públicas e o desenvolvimento de mecanismos inclusivos de construção da paz pós-acordo).

FORMULAÇÃO DEFEITUOSA E IMPLEMENTAÇÃO IMPRECISA DOS INSTRUMENTOS A PAZ

Conforme arrolado nas sessões anteriores, os processos de pacificação em Moçambique têm como ponto comum, a adopção de instrumentos ou acordos de paz cujo um dos principais objectivos é por termo ao fim dos pontos discordantes através de postulados ratificados entre as partes.

Sartori (1987), explora a natureza das decisões políticas no capítulo referente aos tipos de decisões, sendo que entende as decisões colectivizadas como aquelas que se aplicam e são impostas para uma maioria, independentemente de serem tomadas por uma pessoa, por algumas ou pela maioria. Neste sentido, os instrumentos de Paz como fruto de decisões colectivizadas devem ser elaborados e aplicados ao benefício da maioria dado a impermeabilidade de participação destes durante o processo de pacificação.

Autores como Gorge Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert (1999), referenciam que é importante durante o processo de resolução de conflito se reflectir sobre as percepções públicas de resolução de conflito, na visão destes autores quando se está perante um processo de resolução de conflito ou, mais especificamente, para se compreender um processo de construção de Paz deve-se ter em conta dois processos diferentes e os vários papéis dos heróis da guerra. Assim, para os autores o simples fim da guerra, o simples calar das armas (*Paz Negativa*) ou a simples consideração de uma Paz Positiva (*Positive Peace*) não constitui uma condição suficiente para se poder compreender de uma forma crítica o processo de construção da Paz como tal.

Da teoria à prática, podemos notar que o Estado moçambicano se debate com os mesmos problemas que vinham se verificando, como focos de ataque na Zona Centro e Norte do país, militarização do espaço cívico, isto tudo, configura uma falta de paz. Confrontado com a eficácia dos instrumentos de paz em Moçambique, Mazula (2021)²⁸ frisou que a Renamo em alguns momentos, dada a impossibilidade de conquista do poder político em eleições gerais principalmente, viu como saída, negociar a elementos que lhe permitissem governar até onde este actor pudesse, apresentando proposta de descentralização, salientando que não foi facilmente aceite pela Frelimo.

²⁸ Entrevista: Brazão Mazula, Janeiro de 2021, Boane, província de Maputo.

Isso pode ser explicada não necessariamente pelo facto dos actores de paz não pretenderem firmar acordos, mas por estes sentirem que a sua escolha carece de informação, daí preferirem alguma cautela, em vez de tomar decisões que sejam enviesadas. Como nos mostra a teoria da escolha racional (Tsebelis, 1998), qualquer deve ser ponderada, sendo que para tal precisa-se de informação, o que em parte explica provavelmente por que razão os processos de paz sempre parecem estagnar no campo da desconfiança entre os actores.

Um dos actores activos nos processos de negociação de paz, sobretudo do que resultou o AGP de 1992, Raúl Domingos, em entrevista, apresenta um posicionamento diferente, pois este avança que a actual paz é precária com muitos altos e baixos, marcados por um “*pé para frente e dois para trás*”, como consequência disso a assinatura de acordos sucessivos em resultado de um incumprimento integral dos compromissos acordados.

A abordagem colocada por Raúl Domingos²⁹ leva-nos a reflexão da importância da fiabilidade de cumprimentos das promessas feitas pelas partes beligerantes desde a assinatura do primeiro acordo de paz em 1992, pois para o entrevistado um dos elementos de precaridade da paz é o facto de que as partes poucas vezes mostraram-se como actores verdadeiramente cumpridores de promessas acordadas, de tal modo que o nível de abertura para o cumprimento integral dos acordos encontra como dificuldade uma das principais dificuldades a quebra de promessas feitas, daí que resulta uma cíclica tentativa de resolução do mesmo problema.

Pode-se reter, portanto, que durante o processo de pacificação, os beligerantes mantiveram, durante longos períodos, posições rígidas motivadas pela recíproca falta de confiança e pelas respectivas estratégias de defender ou ganhar posições negociais.

Tendo em conta que o presente trabalho procura ultrapassar a tendência de pesquisa que procura apenas olhar para a paz apenas do ponto de vista do que tenha falhado, sem, no entanto, fazer uma projecção do que podia ter sido, pensamos que seria necessário trazer elementos de aprendizagem que nos parece estimulante, mesmo que se trate apenas de elementos hipotéticos. Do que pudemos colher no trabalho de campo, existem duas dimensões a ter em conta.

- A primeira lida-se com a forma como está organizado o nosso Estado, onde de acordo com a entrevista, ficou patente que umas das prováveis razões que possa conduzir a recorrência a conflitos é a organização do Estado, bem como a partilha do poder. Os nossos entrevistados pensam que tal organização do Estado não se resume na

²⁹ Entrevista: Raúl Domingos, Fevereiro de 2021, Sede do Partido PDD, província de Maputo.

descentralização teórica de poderes, sendo assim preciso discutir que modelo de Estado responde a esta sociedade diversificada. Não se pode em qualquer instância confundir os poderes do executivo, legislativo e judiciário.

- Em segundo lugar, foi destaque a questão da confiança entre as partes, pois tal como muitos grupos de guerrilha, verifica-se que a Renamo só irá desarmar os seus combatentes, e muito provavelmente manter esconderijos, quando esta sentir realmente que há condições de segurança. Assim, podemos avançar que uma das estratégias, seria, de acordo com o que pudemos captar, edificar uma maior confiança política e oferecer melhores oportunidades económicas para que gradualmente, esta ala militar da Renamo se torne redundante.

Contudo, fica visível que as exposições acima devem ser analisadas com cautela, dado que estão colocadas numa dimensão que coloca o Estado como o actor principal que deve fazer valer a Paz em Moçambique. Em entrevista, Mazula³⁰ refere que existe uma distância entre quem dirige e quem deve se beneficiar da Paz. Entendemos tal posicionamento como uma chamada de atenção para uma discussão alargada da paz que ultrapasse o campo meramente político e torne-se social – uma Paz para além dos ‘homens políticos’.

Ainda no âmbito dos aprendizados dessa mesma ‘Paz social’, Dom Dinis Sengulane³¹, actor religioso com larga contribuição para as negociações de paz em Moçambique, reitera que, primeiro, deve-se tomar uma atitude imparcial dos actores envolvidos. Isto é, querer a Paz por causa da Paz, e não querer a Paz por causa das negociações particulares que podem incorrer a ganhos para certo grupo em detrimento dos outros. Segundo, o diálogo é o estilo de vida para qualquer processo divergente, mas é preciso dialogar a nível mais baixo e esta metodologia deve conduzir a uma reconciliação plena. Por último, é preciso desarmar a mente e as próprias mãos, ou seja, convencer a mente de que para alcançar a Paz não precisa de instrumentos de guerra.

“Todos podem contribuir para a paz, por exemplo os partidos políticos têm olhos para ver numa dimensão mais genérica, mas pecam por querer ocupar o poder o que os leva a apenas pensar em formas de querer sobreviver vencendo o outro, ou seja, estes actores veem a paz como algo privado que só eles podem garantir, de tal modo que nos processos de construção da paz precisa-

³⁰ Entrevista: Brazão Mazula, Janeiro de 2021, Boane, província de Maputo.

³¹ Entrevista: Dom Dinis Sengulane, Janeiro de 2021, Fundação Dom Dinis Sengulane, província de Maputo.

se de pessoas ou actores isentos, com uma visão de agenda nacional” (Sengulane, 15 de Janeiro de 2021, Cidade de Maputo).

A intervenção de Sengulane deve ser lida na perspectiva religiosa e social da pacificação, onde a Paz é vista como para além da ausência da guerra em si. Traz-nos para o debate que não basta apenas um entendimento entre políticos (Frelimo e Renamo), é preciso que, de forma igual, os moçambicanos encontrem a sua própria reconciliação, respeitando-se uns aos outros, mas acima de tudo sabendo que a opinião conta como válida.

Nesta perspectiva, Jacinto Veloso (2021)³² defende que uma paz duradoura não só depende do calar das armas e a solução dos aspectos militares do conflito (que representam a sua pré-condição), mas também da construção de um Estado mais eficaz, com Forças de Defesa e Segurança apartidárias, estável, inclusivo, do crescimento económico, da justiça económica e social, do enraizamento da paz na mente, na prática, nas culturas das pessoas e instituições. Um Estado no qual a luta contra a corrupção deve ser uma prioridade e preocupação de todos. Uma paz duradoura precisa também do aprofundamento da Reconciliação Nacional através dum programa.

Em concordância, Lutero Simango (2021)³³ reafirma que para se estabelecer um processo de pacificação é preciso que o Estado seja puramente apartidário, o que vai permitir com que o processo governativo seja transparente, sendo possível deferir os cargos de carreira política com os de carreira estatal. Outrossim, quanto mais actores estiverem envolvidos no processo, mais pertos estaremos de conhecer as agendas, por outro lado, há necessidade de representação dos grupos minoritários nos processos de decisão. Terminado afirma que,

“É de extrema importância que no período pois eleitoral sejam contemplados os interesses dos vencidos, visto que no Estado moçambicano mesmo se falando de vitórias genuínas há muito que garantir no respeito os contributos oferecidos por grupos extragovernamentais. De igual modo é preciso dar sinais concretos de que os vencidos podem ganhar”. (Simango, 28 de Janeiro 2021, Cidade de Maputo).

Tendo como base a mesma ordem de ideias, ao abordar sobre reconciliação, Raúl Domingos (*idem*) defendeu que é notória a distância entre os cidadãos e não entre as forças políticas, onde

³² Entrevista: Jacinto Veloso, Janeiro de 2021, VJ Consulting, província de Maputo.

³³ Entrevista: Lutero Simango, Janeiro de 2021, Assembleia da República, província de Maputo.

há um défice, sobretudo em matéria de diálogo, elemento de relevo para a reconciliação. Este recomenda que é preciso que o partido no poder, a Frelimo, esteja preparado para uma rotatividade governativa, a mudança de governo não significa ruptura dentro do Estado e a falta de alternância governativa descredibiliza o sistema eleitoral, quando o mesmo partido vence de forma recorrente.

Pela mesma razão, Silvério Ronguane³⁴ defende que quanto mais actores envolvidos, maior será explorado o espectro de inclusão intergrupala nos processos decisórios do país. Dito isto, considera-se que a inclusão de mais autores pode diminuir o conflito entre os dois actores que tem vindo a procurar meios termos de forma quase que isolada.

De forma geral podemos colocar como hipótese que só há uma saída para a Paz, quando os actores envolvidos concordarem que devem trabalhar em conjunto para defender o interesse nacional, que é o mesmo que dizer o interesse de todos os moçambicanos, sem qualquer exclusão. O interesse nacional deve sobrepor-se ao interesse político de qualquer partido, se esse interesse político alguma vez estiver em contradição com o bem público de todos os cidadãos, coletivamente. Entendemos que quando se estabelece uma relação horizontal, há uma maior abertura, uma maior aproximação, um clima de confiança, favorável ao diálogo. Inversamente, quando se vislumbra qualquer tipo de relacionamento vertical, aflora a desconfiança, oculta, da parte dos beligerantes.

³⁴ Entrevista: Silvério Ronguane, Janeiro de 2021, Universidade São Tomas de Moçambique, província de Maputo.

CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu captar diversas dimensões sobre a paz em Moçambique. Dentre elas, destaca-se o facto de que o entendimento da paz não pode ser visto apenas como pertença de determinados actores políticos: Frelimo e Renamo, sendo necessário a abertura para que demais vozes tenham possibilidade de intervir no processo, não só de ser ouvidas do ponto de vista formal, mas igualmente participar na tomada de decisão sobre que caminhos o país deve seguir, para que os conflitos deixem de fazer parte da sua história recente, o que tem sido notório desde a assinatura dos acordos de paz de 1994.

Outro destaque a ter em conta é a necessidade de cedências no que refere aos pontos discordantes entre as partes, que pouco se tem verificado no caso de Moçambique, o que cria morosidade aos processos de negociação, que por sua vez é bastante nociva para a construção da paz em si. Foi possível ainda verificar que um dos grandes constrangimentos é a cedência e a desconfiança que ainda reina no seio dos actores da paz em si, necessitando dessa forma sempre um processo de mediação que envolve actores externos, não só para ajudar a encontrar consensos, mas igualmente para custear o processo de paz, factores que fazem com a paz em Moçambique seja fruto da dependência e vontade dos outros, e não necessariamente dos moçambicanos.

Ademais, da pesquisa foi possível constatar que falta um verdadeiro pacto para a paz em Moçambique, dado que vários actores carregam mágoas históricas, e transportam este estado de espírito a mesa das negociações. Nota-se que existem interesses que poderiam ter sido satisfeitos logo na primeira ronda negocial isso em 1992, mas que até aos dias de hoje persistem. Por exemplo, é recorrente perceber-se que a partidarização institucional criada pelo partido Frelimo por via do seu Governo é o elemento mais crítico desse processo, o que faz com haja pouco sucesso negocial, dada a sobreposição de interesses dos dois actores que dominam o processo de paz em Moçambique.

Mostra-se importa ainda destacar a forte partidarização dos processos negociais, onde quem não fez parte dos momentos de conflito é visto como actor não relevante. O nosso trabalho pretendia quebrar esse ciclo, incluindo assim actores da negociação dos processos de paz, mas também um terceiro actor: o MDM, mesmo que este actor não tenha necessariamente ilustrado que um processo negocial deve ir além dos interesses partidários. Com efeito, o MDM reivindica a sua inclusão no processo de negociação não necessariamente por entender que vá trazer mudanças, mas por ter percebido que é de lá onde vai conseguir obter ganhos para alimentar a sua estratégia política.

Em outras palavras, sendo que um dos nossos objectivos era perceber os contornos da paz para além do prisma Frelimo-Renamo, notamos que ao mesmo tempo que o MDM se auto-intitula ‘partido sem mãos de sangue’, reivindica a sua inserção na construção da paz em Moçambique, o que podemos entender pelo facto deste ser um actor com assento na Assembleia da República, mas paradoxal porque não se quer assumir como actor com ligações ao conflito. Ou seja, o presente trabalho assume a hipótese segundo a qual a paz em Moçambique continuará a depender da Frelimo e Renamo, sendo que qualquer mudança só vai acontecer se estes actores quiserem. Parece ficar evidente que deles depende os avanços ou recuos para a nossa paz precária.

Assim, as franquezas da limitada inclusão de demais actores parece-nos ser uma hipótese não confirmada, sendo que ainda deve ser analisada em futuras pesquisas, pois do trabalho percebemos que não é taxativamente a inclusão ou exclusão que deverá trazer mudanças, se tivermos em conta que mesmo alguns dos poucos intervenientes da sociedade civil quando chamados para colaborar, o seu papel não foi assim tão significativo – podemos mesmo dizer que foi nulo ou então invisível. São actores que aos olhos da sociedade não nutrem confiança, confundindo-se muitas vezes com uma continuidade do partido Frelimo.

Diríamos que, perceber a Paz para além dos partidos Frelimo e Renamo, necessitamos de fazer uma profunda análise sobre as bases e significado da própria sociedade civil em Moçambique. De facto, não nos parece que exista uma separação nítida entre os actores de organizações sociais e os intervenientes políticos em si. Se quisermos ultrapassar a dimensão da Paz que foi objecto deste trabalho, podemos citar o que sucede nos processos eleitorais, onde mesmo com a presença da sociedade civil na composição do principal órgão eleitoral, a crítica sucessiva prende-se com a falta de independência e isenção de organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEJUMOBI, Said (2000). *Elections in Africa: A Fading Shadow of Democracy?*. International Political Science Review / Revue Internationale De Science Politique. Vol. 21. No. 1. pp: 59-73.

ADETULA, Victor, Tim MURITHI e Stephen BUCHANAN-CLARKE (2018). *Peace Negotiations and Agreements in Africa – Why They Fail and How to Improve Them*. NAI Policy Note. No. 8.

ALLISON, Graham e ZELIKOW, Philip (1999). *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missil Crisis*. 2ª ed. Nova Iorque: Longman.

AMARAL, Alcides (2015). *Pai e pai devem se sentar e se entenderem”*: um estudo sobre as percepções públicas de resolução de conflito em Moçambique (2013 a 2014). Trabalho de fim-de-curso. Maputo: UEM

APPIAH-THOMPSON, Christopher (2020). *The concept of peace, conflict and conflict transformation in African religious philosophy*, Journal of Peace Education, Vol. 17. No. 2. pp. 161-185.

BAPTISTA, Luís (2017). *Política e Carisma: O Caso de Afonso Dhlakama (2013-2017)*. TFC. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (FLCS/UEM).

BAZERMAN, Max (2004). *Processo Decisório: Para Cursos de Administração e Economia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

BERMEO, Nancy (2003). *What the democratization literature says-or doesn't say-about Postwar Democratization*. The Global Governance, Vol. 9. No. 2. pp. 159-178.

BLOOMFIELD, David. BARNES, Teresa. & Huyse, Luc. (eds.), (2003). *Reconciliation after Violent Conflict: A Handbook in International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDeEA)*. Stockholm.

BRATTON, Michael e Emmanuel GYIMAH-BOADI (2016). *Do trustworthy institutions matter for development? Corruption, trust, and government performance in Africa*. AD112. Afrobarometer.

BURTON, John (1987). *Resolving Deep-rooted Conflicts: A handbook*, Lanham London: University Press of America.

CAHEN, Michel (2004). *Os Outros: Um historiador em Moçambique, 1994*. Basel: P. Schlettwein Publishing Switzerland.

- CAMPAGNOLO, Gilles. (2006). *Petite histoire sociologique du concept de paix*. Cités, vol. 26, no. 2, pp. 145-161.
- CHICHAVA, Sergio e CHAIMITE, Egidio (2020). *Os primeiros sinais do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: Algumas histórias de Macomia e Ancuabe*, IDeAS 129.
- DE BRITO, Luís (2010). *O sistema eleitoral: Uma dimensão crítica da representação política em Moçambique*. in IESE. *Desafios para Moçambique 2010*. pp.17 – 29
- DO ROSÁRIO, Domingos, GUAMBE, Egídio e DE SALEMA, Ericino (2020). Org. *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA.
- DORINA, Bekoe, (2008). *Implementing Peace Agreements: Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia*. New York: Palgrave Macmillan.
- ELWERT, Gorge, FEUCHTWANG, Stephahn. e NEUBERT, Dieter (1999). *Dynamics of Violence — An introduction*. In: *Dynamics of Violence. Processes of Escalation and Descalation in violent Group Conflicts*, pp. 9-31. Sociologus. Berlin: Duncker and Humblot.
- FALOLA, Toyin e HARR, Hetty (2010). *Narrating War and Peace in Africa*. Boydell & Brewer. University of Rochester Press.
- FORQUILHA, Salvador et al (2020). *Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria Guerra civil (1976 - 1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado*. IDeAS 130.
- GALTUNG, Johan (1995). *Peace by peaceful means*. London: Sage.
- GAZIBO, Mamoudou e Céline THIRIOT. (2009). *Le politique en Afrique : État des débats et pistes de recherche*. Karthala. Paris.
- GEFFRAY, Christian (1991). *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- GEORGE, Tsebelis (1998). *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. LEGISLAÇÃO
- GREENE, Kenneth (2007). *Why Dominant Parties Lose: Mexico's Democratization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- GREENER, Ian (2005). *State of the Art The Potential of Path Dependence in Political Studies*. Politics. Vol. 25. No. 1. pp. 62-72.

- HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003). *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, v. 58.
- HÖGLUND, Kristine, et al (2008). *Violence in war-to-democracy transitions*. In *From War to Democracy. Dilemmas of Peacebuilding*, eds. Anna Jarstad e Timothy D. Sisk. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- HUNTINGTON, Samuel (2001). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma. University of Oklahoma Press.
- JEONG, Ho-Won (2005). *Peacebuilding in postconflict societies: strategy and process*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- KOTZÉ, Dirk (2002). *Issues in Conflict Resolution in African Journal on conflict Resolution*. ACCORD pp: 36-50.
- LUNDIN, Irae (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Maputo: Escolar Editora.
- LANGA, Lisa (2015). *Moçambique 20 anos de Paz, que desafios para a sua manutenção e consolidação?*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica.
- LYONS, Terrence (2002). *The Role of Postsettlement Elections*. In *Ending civil wars: the implementation of peace agreements*, eds. Stephen John Stedman, Donald Rothchild e Elizabeth M. Cousens. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- LYONS, Terrence (2004). *Post-Conflict Elections and the Process of Demilitarizing Politics: The Role of Electoral Administration*. *Democratization*, 11 (3): 36-62.
- LYONS, Terrence (2005). *Demilitarizing politics. Election on the uncertain road to peace*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- MACHAIEIE, Belisário (2017). *Mudanças na composição das forças armadas de defesa de moçambique (fadm) e o potencial de violência política (1992-2012)*. TFC. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (FLCS/UEM).
- MAINA, Grace e Erik MELANDER (2015). *Peace Agreements and Durable Peace in Africa*. KwaZulu-Natal. University of KwaZulu-Natal Press.
- MANNING, Carrie (2002). *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict democratisation, 1992-2000*. Westport, Conn: Praeger.

MANNING, Carrie, and Monica Malbrough (2010). “*Bilateral Donors and Aid Conditionality in Post-Conflict Peacebuilding: The Case of Mozambique.*” *The Journal of Modern African Studies*, vol. 48, no. 1, pp. 143–169. JSTOR.

MARIOTTI, H (2000). *As Paixões e Ego: complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Palas athenas

MAYRARGUE, Cédric (2009). *Pluralisation et compétition religieuses en Afrique subsaharienne: Pour une étude comparée des logiques sociales et politiques du christianisme et de l’Islam*. *Revue internationale de politique comparée*. Vol. 16. No. 1. pp. 83-98.

MAZULA, Brazão (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group.

MINTER, William (2008). *Apartheid's Contrasts: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Carolina do Sul-EUA. BookSurge Publishing.

MORIER-GENOUD, Éric (2017). *Proto-guerre et négociations. Le Mozambique en crise, 2013-2016*. *Politique africaine*. Vol. 145. No. 1. pp. 153-175.

MOZAFFAR, Shaheen (2002). *Patterns of Electoral Governance in Africa’s Emerging Democracies*. *International Political Science Review*, 23 (1): 85-101.

OBERG, Jan (1996). *Conflict Mitigation in Reconstruction and Development*. *Peace and Conflict Studies*7. Vol. 3. No. 2. pp: 2-13.

OTTAWAY, Marina (1998). *Angola’s Failed Elections*. In *Postconflict Elections, Democratization, and International Assistance*, Ed. Krishna Kumar. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers. pp. 133-151.

PANKHURST, Donna (1999). *Issue of justice and reconciliation in complex political emergencies: conceptualizing reconciliation, justice and peace, in third world quarterly*.

PHIRI, Madalitso (2012). *The political economy of Mozambique twenty years on: a post-conflict success story?*. *South African Journal of International Affairs*. Vol.19. No.2. pp: 223-245.

PICARD, D. & MARC, E., (2015). *Chapitre premier. La notion de conflit*. In *Dominique Picard éd., Les conflits relationnels* (pp. 7-17). Paris cedex 14, France: Presses Universitaires de France.

PINTO, Jaime (2008). *Jogos Africanos*. 2ª Edição. Lisboa: A Esfera dos Livros. pp. 544.

PIRIS, Alberto (2000). *Bases de la rehabilitación posbélica*. In *Después de la guerra. Un manual para la reconstrucción posbélica*, orgs. Tamara Osorio e Mariano Aguirre. Barcelona: Icaria editorial. pp: 13-104.

QUENTIN, Patrick (2004). *Voter en Afrique : comparaisons et différenciations*. L'Harmattan. Paris.

QUIVE, Raymond (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

RAKNER, Lise e Nicolas VAN DE WALLE, Nicolas. (2009). *Democratization by Elections? Opposition Weakness in Africa*. Journal of Democracy. Vol. 20. No. 3. pp. 108-121. Project MUSE.

RAPOPORT, David e Leonard Weinberg (2001). *The Democratic Experience and Political Violence*. Londres: Frank Cass.

REILLY, Benjamin (2008). *Post-war elections: uncertain turning points of transition*. In *From War to Democracy. Dilemmas of Peacebuilding*, eds. Anna Jarstad e Timothy D. Sisk. Nova Iorque: Cambridge University Press.

REYNOLDS, Andrew, e Timothy SISK (1998). *Elections and Electoral Systems: Implications for Conflict Management*. In *Elections and Conflict Management in Africa*, eds. Timothy D. Sisk e Andrew Reynolds. Washington, DC: United States Institute of Peace.

SARTORI, Giovanni (1994). *Uma Teoria da Democracia como Processo Decisório*. Editora Ática S.A.

SISK, Timothy e Andrew REYNOLDS (1998). *Elections and Conflict Management in Africa*. Washington, DC: United States Institute of Peace.

SOUSA, Fernando (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. 954ª ed. Porto: Edições Afrontamento.

SPEARS, Ian (2000). *Understanding Inclusive Peace Agreements in Africa: The Problems of Sharing Power*. Third World Quarterly. Vol. 21. No. 1. pp. 105-118.

UMBREIT, Mark (2005). *Guide to Arabe/Palestinian/Jewish*. University of Minnesota.

VAN DE WALLE, Nicolas (2002). *Elections Without Democracy: Africa's Range of Regimes*. Journal of Democracy 13(2), 66-80.

Consultas na Internet

CRAVINO, Janete. Conflitos Internos-Resolução de Conflitos, Revista Militar, Novembro de 2005. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=21. Consultado em 17 de Novembro de 2019

GUJAMO, Rufino Carlos. A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004. Lisboa, 2016. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26319/1/ulsd730210_td_Rufino_Gujamo.pdf. Consultado em os 09 de Novembro de 2020.

QUEMBO, Carlos. De N'Komati a Gorongosa: a paz que nunca chega(rá)? 33 anos de tentativa de paz". Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318949917>. Consultado em 17 Novembro de 2019.

Legislação

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Constituição. 1.ed. Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.
- _____. Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares, (Nº 29/2014, de 9 de Setembro), Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2014.
- _____. Lei Eleitoral (Nº 13/92, de 14 de Outubro). Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1992;
- _____. Lei Eleitoral (Nº 4/93, de 28 de Dezembro). Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1994;

ANEXOS

QUESTÕES DE PESQUISA

Actores directos do processo de construção da paz

Destes actores pretende-se buscar a sensibilidade directa que determinou o percurso dos momentos da paz em Moçambique, com destaque para o que pode ter falhado e o que foi feito de forma positiva.

- Beligerantes (Partidos Frelimo e Renamo);
- Partido MDM.

Perguntas

1. Que apreciação faz do processo de construção da paz em Moçambique?
2. Qual tem sido o contributo que o partido tem levado para o processo de pacificação da paz?
3. Quais tem sido os maiores constrangimentos para a paz?
4. Será a assinatura de acordos sucessivos de paz é a melhor estratégia para o estabelecimento da paz em Moçambique?
5. Sente existir a necessidade de envolver novos actores nos processos de negociação? Quais seriam tais actores? O que eles fariam de facto nesse processo?
6. Após 1994, podemos dizer que existe uma correlação entre os resultados eleitorais e a construção da paz? Por que razão?
7. Muito se fala da questão da distribuição do poder e da riqueza, serão estes os elementos para se evitar próximos conflitos no país?

Actores secundários do processo de construção da paz

Iremos captar o testemunho dos actores que de forma indirecta contribuíram para o processo de paz, sejam eles de pertença nacional e ou internacional. Igualmente vamos buscar o testemunho de quem contribuiu através da academia e da imprensa, sobretudo nos anos que seguiram ao primeiro acordo de paz. Por opção, não será feito destaque dos actores

internacionais que financiaram os processos de paz, dado que o exercício obriga conhecer detalhes sensíveis e secretos que podem ser de difícil acessibilidade.

- Igreja (Dom Dinis Sengulane e seu papel na mediação);
- Academia e imprensa (Brazão Mazula e Tomás Vieira Mário);

Perguntas

1. Que apreciação faz do processo de construção da paz em Moçambique, desde o primeiro acordo?
2. Qual tem sido o contributo da igreja/academia para o processo de pacificação da paz?
3. Qual tem sido o contributo dos média para o processo de pacificação da paz?
4. Quais tem sido os maiores constrangimentos para a paz?
5. E os actores internacionais, que falham podem ter cometido?
6. Será a assinatura de acordos de paz sucessivos a melhor estratégia para o estabelecimento da paz em Moçambique?
7. Que contributo pode ser buscado de actores que não envolvam necessariamente o Governo e a Renamo?
8. Pode Moçambique voltar a ser o ‘‘exemplo’’ de paz que fora nos primeiros vinte anos do AGP?
9. Que recomendações deixa para os decisores políticos face a precaridade da paz em Moçambique?

Lista de Entrevistados

Nome	Data	Papel	Metodologia
Brazão Mazula	09/01/2021	Primeiro Presidente do Conselho Nacional de Eleições. Professor Universitário e investigador em assuntos de Paz e reconciliação nacional.	Entrevista presencial
Dinis Sengulane	15/01/2021	Personalidade religiosa e conselheiro em assuntos de Paz em Moçambique.	Entrevista presencial
Jacinto Veloso	18/01/2021	Membro sénior do partido Frelimo no processo de Paz em Moçambique.	Entrevista presencial
Lutero Simango	28/01/2021	Chefe da Bancada do partido MDM.	Entrevista presencial
Silvério Ronguane	28/01/2021	Deputado da Bancada do partido MDM.	Entrevista presencial
Raúl Domingos	08/02/2021	Negociador sénior do partido Renamo no processo de Paz em Moçambique.	Entrevista presencial

Tabela 1: entrevistados no decurso do trabalho de campo, Tsandzane, 2021.

INICIATIVAS DE PAZ – RETOMAR DOS CONFLITOS [1984-2019]					
	Data	Tipo	Mediadores	Resultado	Consequências
1	1884	Conversações indirectas pós acordo de Nkomati	África do Sul; regime de Botha	Declaração de Pretória	Nenhum dos partidos interessados em ter a África do Sul como facilitador
2	1988 1989	Conversações directas (pretendidas) no Quénia ou no Malawi	Quénia (Arap Moi) Zimbábue (Mugabe), Conselho Cristão + Igreja Católica EUA nos bastidores (Proposta de Sete Pontos)	Frelimo: 12 princípios para conversações Renamo: declaração de 16 pontos Fracasso: retirada da Renamo	Procura de alternativas, Maior papel das igrejas A reforma constitucional põe fim ao socialismo
3	1990 1992	Conversações directas (âmbito internacional) Agenda aberta sem prazo	Conversações de Paz de Roma: Comunitá di Sant'Egidio, Roma Governo italiano Arcebispo católico da Beira + cinco observadores não permanentes (França, Itália, Portugal,	Acordo Geral de Paz de Roma, assinados pelos líderes da Renamo e da Frelimo Acordo separado e secreto Chissano Dhlakama	Missão de paz da ONU (ONUMOZ) Democracia multipartidária + eleições gerais de 1994 Renamo torna-se partido da oposição + capacidade militar residual DDR (Forças

			Reino Unido, EUA)	(Reunião do Botsuana, 1992)	Armadas, não polícia e segurança do Estado) Ajuda económica de fundo fiduciário
4	2013 2014	Conversações directas (âmbito nacional) Conferências Joaquim Chissano	Facilitadores: intelectuais nacionais, clero	Acordo sobre cessação das hostilidades, observadores militares internacionais, lei de amnistia, revisão da lei eleitoral Eleições gerais de 2014	Alegações de fraude eleitoral A guerra continua Tentativa de «solução Savimbi» – três tentativas de assassinato do líder da Renamo
5	2015 2016	Conversações directas via Comissão Conjunta (âmbito internacional) «Conversações do Hotel Avenida»	Quett Masire (Botsuana), União Europeia, África do Sul, Tanzânia, Vaticano, mais subcomissões	Agenda de reforma da lei da descentralização	Interrompidas (pelo Governo) Declaração unilateral de tréguas da Renamo (finais de 2016)
6	2017 2019	Conversações directas secretas entre líderes, âmbito nacional	Embaixador da Suíça + Grupo de contacto	Reforma constitucional sobre descentralização	Eleições ao abrigo de novo regime legal Cessação das

			(Botsuana, China, União Europeia, Noruega, Reino Unido, EUA) Secretariado da Paz – Comissão Conjunta + assessores internacionais	e subsidiariedade, incluindo autonomia provincial (Maio de 2018) Acordo de DDR (Agosto de 2018) Acordo de Maputo (Agosto de 2019)	hostilidades militares Supervisão internacional de DDR Risco de oposição por dissidentes a Descentralização + recentralização
--	--	--	--	---	---

Tabela 2: Adaptado pelo autor a partir de **IESE – Desafios para Moçambique 2020**

